



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CENTRO SOCIOECONÔMICO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
ANDRÉA MARIA CONTE

A EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL NA
INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS - ILPI

Florianópolis

2021.1



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CENTRO SOCIOECONÔMICO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
ANDRÉA MARIA CONTE

A EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL NA
INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS - ILPI

Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Hélder Boska de Moraes Sarmiento

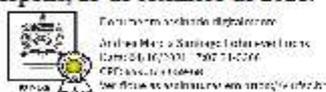
Florianópolis

2021.1

ANDRÉA MARIA CONTE
A EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL NA
INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS - ILPI

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de
"Bacharel em Serviço Social" e aprovado em sua forma final pelo Curso de Serviço
Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

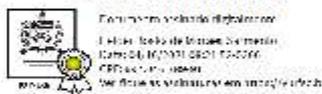
Florianópolis, 23 de setembro de 2021.



Profa. Dra. Andréa Márcia Santiago Lohmeyer Fuchs

Coordenador do Curso

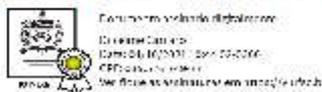
Banca Examinadora:



Prof. Dr. Hélder Boska de Moraes Sarmento

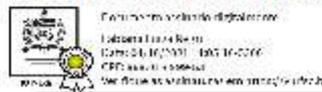
Orientador

Universidade Federal de Santa Catarina



Profa. Dra. Dilceane Carraro

Universidade Federal de Santa Catarina



Profa. Dra. Fabiana Luiza Negri

Universidade Federal de Santa Catarina

Dedico a presente monografia a todos os Professores do curso de Serviço Social, ao Orientador do trabalho, a minha filha, amigos, colegas da Universidade, e a todos que de certa forma contribuíram para a realização deste projeto.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela vida, por esta oportunidade em estudar e por ter me dado coragem e força durante esta trajetória.

Ao meu pai que não está mais neste plano, mas que sempre me incentivou a estudar e hoje posso dizer “consegui”!

A minha filha Renata, que foi o maior dos motivos para eu voltar a estudar, me incentivando a não desistir diante dos desafios.

Ao meu orientador Helder Boska de Moraes Sarmiento pela constante ajuda e orientação neste trabalho, e contribuição fundamental na minha formação.

Agradeço a todos os professores, pelos ensinamentos durante a formação acadêmica. A Coordenação do Curso de Serviço Social, pelo carinho e atenção no auxílio do atendimento.

Aos meus amigos, colegas da Universidade principalmente pela amiga e colega Fernanda Rodrigues Mendonça pela amizade, paciência em aprendermos juntas, incentivadora em não desistirmos nas horas de dificuldade.

E, por fim, a todos que de alguma forma contribuíram nesse processo de formação acadêmica.

‘Você tem que levantar todo o dia e dizer a si mesma, eu consigo!’

(Autor Desconhecido)

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso intitulado ‘A experiência de estágio na Instituição de Longa Permanência para Idosos – ILPI’ tem, por objetivo principal, discorrer sobre a experiência de estágio na área de gestão da ILPI. Recupera os primeiros momentos de procura do estágio e toma como referência o desenvolvimento do Projeto de Intervenção (PI) realizado durante o período de estágio na área de gestão desenvolvido na ILPI, no período de março de 2019 até dezembro de 2020. Delimitou-se assim uma pesquisa feita através do estudo bibliográfico, descritivo e exploratório de análise qualitativa. Foi utilizado também o levantamento de dados feito através do Projeto de Intervenção - PI realizado pela autora em seu campo de estágio na própria instituição. Também se fez uso da pesquisa documental, através dos documentos institucionais disponíveis, registros, prontuários e relatórios de estágio, compreendidos como instrumentos do Serviço Social: o estudo social, parecer social do idoso, acolhimento, estudo de caso e outros, que foram identificados pela autora em seu PI. Os principais autores de referência para o devido trabalho de pesquisa foram: TRINDADE (1999), GUERRA (2007), SARMENTO (1994), dentre outros, bem como sites para pesquisa CFESS (2003), ABEPSS (2010). Para concluir, ficaram explicitados os desafios e contradições desta experiência de estágio em serviço social na área da gestão e planejamento para atender as demandas trazidas pelos idosos, funcionários e familiares.

Palavras - Chave: ILPI. Idosos Institucionalizados. Instrumentalidade e Serviço Social. Estágio.

SUMMARY

The present Course Conclusion Paper entitled 'The internship experience at the Institution of Long Stay for the Elderly - ILPI' has as main objective to discuss the experience of internship in the area of management of the LSIE. It recovers the first moments of the internship search and takes as reference the development of the Intervention Project (IP) carried out during the internship period in the management area developed at ILPI, from March 2019 to December 2020. Thus, a research was delimited through the bibliographic, descriptive and exploratory study of qualitative analysis. Data collection was also used through the Intervention Project - IP carried out by the author in her internship field at the institution itself. Documentary research was also used through available institutional documents, records, medical records and internship reports, understood as instruments of Social Work: social study, social opinion of the elderly, welcoming, case study and others, which were identified by the author in her IP. The main authors of reference for the proper research work were: TRINDADE (1999), GUERRA (2007), SARMENTO (1994), among others, as well as sites for research CFESS (2003), ABEPSS (2010). To conclude, the challenges and contradictions of this experience of internship in social work in the area of management and planning to meet the demands brought by the elderly, employees and family members were explained.

Keywords :ILPI. Institutionalized Elderly. Instrumentality and Social Work. Internship.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Organograma da Instituição.....31

Gráfico 2 – Idosos na ILPI.....55

LISTAS DE SIGLAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CNE – Conselho Nacional de Educação

EAD – Ensino a Distância

ILPI – Instituição de Longa Permanência para Idosos

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

PI - Projeto de Intervenção

PIA – Plano Individual de Atendimento

PNE – Política Nacional de Estágio

PPC – Projeto Pedagógico do Curso

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí

Sumário

INTRODUÇÃO	12
1. PRIMEIRA APROXIMAÇÃO COM O ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL	15
1.1 As exigências do curso e a procura do estágio.....	15
1.2 O processo seletivo para o estágio, adaptação e visitas.....	23
1.3 A inserção no estágio.	28
1.4 Demandas para o Serviço Social na Instituição	31
1.5 Aprendizados Adquiridos no Decorrer do Estágio.....	35
2. O ESPAÇO SÓCIO-OCUPACIONAL E SEUS SUJEITOS	39
2.1. Caracterização da ILPI.....	39
2.2. A Gestão e o Projeto de Intervenção - PI.....	44
2.2.1 A Gestão	44
2.2.2 O Projeto de Intervenção – PI	50
2.3. Projetos e Atividades Institucionais	56
3. A FAMÍLIA E A SAÚDE DO IDOSO	59
3.1 A Família e o Idoso	59
3.2 A Saúde e o Idoso	61
4. A SUPERVISÃO DE CAMPO.....	63
CONCLUSÕES E RESULTADOS.....	67
REFERÊNCIAS	70
APÊNDICE I.....	73

INTRODUÇÃO

A escolha do tema registrado no presente Trabalho de Conclusão de Curso é decorrente da experiência de estágio ocorrida em uma Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI)¹ no período de março de 2019 até dezembro de 2020 o que correspondeu ao Estágio Obrigatório Curricular I, II e III. Toma-se aqui o campo de estágio como um ambiente privilegiado, que possibilita a inserção na dinâmica da organização institucional e que contribui na aprendizagem do exercício profissional.

A possibilidade de acompanhar a supervisora de campo no desenvolvimento das ações da coordenação da instituição provocou a identificação da necessidade de criar recursos, meios e instrumentos para que o assistente social como principal profissional e gestor institucional respondesse as demandas apresentadas pelos idosos e trabalhadores envolvidos na ILPI. Sendo assim, nasceu o Projeto de Intervenção (PI) desenvolvido pela autora denominado Os instrumentos de acolhimento do serviço social na ILPI.

Diante da implantação do PI, logo no início, foi possível identificar a ausência dos instrumentais do Serviço Social. Para tanto foi feito um levantamento de quais seriam estes instrumentos do Serviço Social a serem usados em uma ILPI. Ao longo do percurso foram encontradas várias dificuldades para a elaboração deste instrumental, como foi relatado no PI (Apêndice 01) e motivação principal deste trabalho.

Sendo assim, o presente estudo tem como objetivo geral discorrer sobre a experiência de estágio na área de gestão da ILPI Decorrente deste elencou-se como objetivos específicos: Levantar as dificuldades encontradas na Gestão da ILPI durante o processo do estágio; Identificar as demandas e requisições feitas ao Serviço Social acerca de documentos e registros; Compreender o processo de elaboração da documentação de registro dos idosos e funcionários, para o trabalho da Gestão da ILPI; Apresentar as contradições na construção dos documentos e registros a partir do Projeto de Intervenção desenvolvido no decorrer do estágio.

A metodologia de pesquisa deste trabalho foi feita através do estudo bibliográfico, descritivo e exploratório de análise qualitativa, como explica Gil (2007) “tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses, envolvendo assim um levantamento bibliográfico” e qualitativa.

¹ A autora optou por não identificar a Instituição, pois este não é o elemento central, sendo a base do trabalho sua experiência de estágio, vivenciada enquanto estagiária e suas reflexões críticas.

Segundo a autora Minayo,

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitude, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2001, p.21).

Foi feito uma busca dentre os autores que discutem o assunto utilizando o site de periódicos da biblioteca da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Foi utilizado também o levantamento de dados feito através do Projeto de Intervenção realizado pela autora em seu campo de estágio na própria instituição.

As informações foram coletadas por meio de diálogos e entrevistas semiestruturadas, ao longo do estágio, por ser um material que possibilita contextualizar a realidade social.

A técnica de entrevista semiestruturada permite ao entrevistado contribuir no processo de investigação com liberdade e espontaneidade, sem perder a objetividade.

No entender de Triviños,

A entrevista semiestruturada é [...] aquela que parte de certos conhecimentos básicos apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta forma, o informante seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar do conteúdo de pesquisa. (TRIVINOS, 1987, p.146).

Como referência Valentim, (2008) entrevista semiestruturada é aquela em que o entrevistado se guia apenas pelos objetivos da pesquisa.

Neste tipo de instrumento é muito importante deixar que a conversa siga da forma mais natural. As características deste tipo de entrevista são: possibilidades de improviso e buscar os pontos de maior interesse; pode ser perguntas abertas e fechadas; as perguntas pré-definidas são seguidas, mas de forma informal; há possibilidade de usar recursos visuais, como fotografias ou cartões, deixando o entrevistado mais confortável.

Foi realizada uma pesquisa documental, através dos instrumentos do Serviço Social como: o estudo social, parecer social do idoso, acolhimento, estudo de caso e outros, que foram os instrumentos identificados pela autora em seu Projeto de Intervenção dentro da instituição, bem como do levantamento de dados, da entrevista realizada com as assistentes sociais.

Segundo SARMENTO (2006), a técnica documental vale-se de documentos originais, que ainda não receberam tratamento analítico por nenhum autor. [...] é uma das técnicas decisivas para a pesquisa em ciências sociais e humanas.

Os principais autores de referência para o trabalho de pesquisa foram: TRINDADE (1999), GUERRA (2007), SARMENTO (1994), bem como os sites institucionais do CFESS 2003 e ABEPSS 2010.

Dessa forma, o presente trabalho está organizado em 4 seções e suas subdivisões, sendo que o primeiro trouxe a aproximação com o campo de estágio desde sua procura até o início da experiência na ILPI.

E feito o relato das exigências do curso, burocracia, administração, a procura do estágio; em seguida, o processo seletivo para o estágio, adaptação e visitas, até a inserção no estágio.

A segunda seção falou sobre o espaço Sócio ocupacional e seu sujeitos, no caso os idosos e trabalhadores. Apresenta-se a Gestão da ILPI e o Projeto de Intervenção, as atividades institucionais, rotinas, projetos e ações que ocorreram na ILPI durante o tempo de estágio.

Na terceira seção, é abordada a família e o idoso, bem como os objetivos institucionais, profissionais e a realidade, onde descreve sobre a saúde dos idosos na instituição.

Na quarta seção são apresentadas algumas reflexões sobre a supervisão de campo, como foi este processo na sua vivência de estágio.

Para finalizar, são apresentadas as conclusões e resultados, as referências, e apêndice.

1. PRIMEIRA APROXIMAÇÃO COM O ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL

1.1 As exigências do curso e a procura do estágio.

As Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação em Serviço Social, proposta pela ABEPSS desde 1996, define que o estágio supervisionado curricular, nas modalidades obrigatório e não obrigatório, é um processo didático-pedagógico que se consubstancia pela “indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional” (ABESS/CEDEPSS, 1997, p. 62).

Esta caracteriza o estágio como:

[...] uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do estudante no espaço sócio institucional objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita pelo professor supervisor e pelo profissional do campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização com base em planos de estágio, elaborados em conjunto entre unidade de ensino e unidade campo de estágio, tendo como referência a Lei nº 8662/93 (Lei de Regulamentação da Profissão) e o Código de Ética do Profissional (1993). O estágio supervisionado é concomitante ao período letivo escolar (ABESS/CEDEPSS, 1997, p. 71).

Para além das Diretrizes Curriculares, em se tratando dos aportes legais constituem-se também como principais referências para o Serviço Social o Código de Ética Profissional (1993), da Lei de Regulamentação da Profissão (1993). Além disso, em se tratando mais especificamente do estágio, tomam centralidade duas legislações em especial: a Lei nº 11.788 de 25/09/2008 que dispõem sobre estágio de estudantes; e, a Resolução nº 533/2008 de 29/09/2008, do CFESS, que regulamenta o estágio na formação profissional em Serviço Social.

Assim, a Lei nº 11.788 define em seu artigo 1º:

Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

Na mesma lei, no artigo 2º consta que o estágio “poderá ser obrigatório ou não obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso”.

Cabe destacar, que conforme a Lei Federal de Estágio, esse (o estágio) não poderá exceder a 06 (seis) horas diárias ou 30 horas semanais e a carga horária/dia do estágio deverá ser compatibilizada com o número de créditos em disciplinas (matriculados no semestre do estágio) exigidos pelo curso, não excedendo a carga horária de 8 horas/dia.

Da mesma forma que a referida Lei, a Resolução nº 533/2008/CFESS indica que o processo do estágio curricular obrigatório pressupõe supervisão sob a responsabilidade do curso de formação, como também do campo que recebe o estudante. E mais, no âmbito do Serviço Social a referida Resolução indica a necessidade do desenvolvimento de “supervisão direta” e realizada exclusivamente por um assistente social em pleno exercício profissional, conforme prevê o art. 4º §1º a participação do supervisor de campo e do supervisor acadêmico, ocorrerá através de acompanhamento e sistematização, com base em planos de estágio elaborados em conjunto pelas unidades de ensino e as instituições públicas ou privadas que oferecem campos de estágios.

Desse modo a supervisão acadêmica está imbricada diretamente com a finalidade social da profissão. Na prestação de serviços sociais, que consiste, dentre outras questões, em conhecer e refletir com os estagiários a realidade profissional nos campos de estágios; reconhecendo os limites e possibilidades das respostas profissionais nas diferentes organizações e no enfrentamento das expressões da questão social. Em última instância significa reconhecer e debater os elementos constitutivos do projeto profissional em curso nos espaços sócio ocupacionais e sua relação com o projeto hegemônico da profissão.

Assim, conforme o artigo 4º do Regulamento de Estágio em Serviço Social da UFSC do Projeto Pedagógico (2016), o estágio tem como finalidade contribuir para:

I. a capacitação crítico-analítica necessária ao processo de formação no que diz respeito especialmente ao deciframento das particularidades sócio institucionais e à elaboração criativa de estratégias de intervenção, comprometidas com as proposições ético-políticas do projeto profissional; II. o desenvolvimento de postura investigativa como inerente à sistematização teórico-prática do exercício profissional, em relação à realidade social e às mediações que perpassam o exercício profissional; III. a construção da síntese entre as dimensões operativas, investigativas e ético-políticas da ação profissional, reveladora da unidade entre teoria e prática no Serviço Social; IV. a potencialização da articulação entre ensino – pesquisa – extensão, no processo de formação profissional. V. a articulação entre a UFSC, a comunidade, os movimentos sociais, as organizações públicas, privadas e/ou não governamentais; VI. a produção de subsídios para avaliação do projeto pedagógico do Curso de Serviço Social. (POLÍTICA DE ESTÁGIO – DSS-UFSC, 2016, p 33).

Em conformidade com a PNE o estágio caracteriza-se pela atividade teórico-prática, efetivada por meio da inserção do estudante nos espaços socioinstitucionais nos quais trabalham os assistentes sociais, capacitando-o nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico operativo para o exercício profissional. (TEMPORALIS /ABEPSS, 2010).

No que se refere ao estágio curricular supervisionado não obrigatório, previsto tanto na Lei nº 11.788/2008 como na Resolução do CFESS nº 533/2008, o mesmo se configura

como atividade complementar, de caráter opcional, e que deve estar previsto pela UFA em seu projeto pedagógico.

No caso do Curso de Serviço Social da UFSC, o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação, aprovado em 2013, prevê a realização de estágio supervisionado não obrigatório I e II, sendo que o estudante poderá realizar a partir da 5ª fase quando cumprido os pré-requisitos estabelecidos.

A Política Nacional de Estágio (PNE), proposta pela ABEPSS (2010), e o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social da UFSC (2013.2) (PPC), constituem-se referências básicas para a organização e dinâmica do estágio supervisionado.

Especificamente no PPC defende-se a articulação do estágio com os demais componentes curriculares: Oficina de preparação ao estágio, Instrumentalidade e competências profissionais em serviço social, Ética profissional do serviço social, Pesquisa em serviço social, Oficina de análise institucional, entre outras, respeitados os pré-requisitos previstos na matriz curricular. No mesmo sentido, a matrícula do estudante nas disciplinas de supervisão pedagógica de estágio curricular supervisionado obrigatório ou não obrigatório, deverá ocorrer de modo articulado e concomitante à realização dos estágios curricular supervisionado obrigatório ou não obrigatório.

A organização didático-pedagógica do estágio pretende que o estudante se aproxime das dimensões investigativa e interventiva de forma crítica, criativa e propositiva.

No processo de supervisão de estágio em Serviço Social o estudante é acompanhado por um professor supervisor acadêmico e um supervisor assistente social no campo, cuja relação tem natureza pedagógica. A organização dos grupos de supervisão acadêmica não deve ultrapassar o limite de 15 estudantes por turma, tendo em vista as especificidades da disciplina. Na PNE (ABEPSS, 2010) se recomenda que as turmas sejam subdivididas por áreas de atuação/conhecimento do serviço social (políticas sociais, fundamentos, trabalho, questão urbana e rural, questão geracional, etc.) e, quando possível, compatibilizando-as com as áreas dos Grupos Temáticos de Pesquisa – GTPs da ABEPSS. (ABEPSS, 2010, p. 33).

O estágio curricular supervisionado é considerado um espaço privilegiado da aprendizagem teórico-prática sendo descrito nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS como “atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do estudante no espaço sócio ocupacional objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que supõe supervisão sistemática” (ABEPSS/CEDEPSS, 1997, p. 71).

Para a realização do estágio supervisionado obrigatório, o estudante precisa ter realizado todas as disciplinas até a 5ª fase. A carga horária do estágio obrigatório é de 612

horas, distribuídas em estágios I, II, III (sendo 216 horas nos estágios I e II e 180 horas em estágio III).

No Projeto Pedagógico 2013.2 estão previstas as atividades de cada fase de estágio obrigatório:

ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO I: Inserção no espaço sócio ocupacional. Identificação da organização e sua dinâmica de funcionamento, demandas, serviços oferecidos, perfil dos usuários e política social a que se vincula. Conhecimento do exercício profissional na Instituição em suas dimensões ético-política, técnico-operativa e teórico-metodológica. Conhecimento das condições de trabalho na Instituição. Elaboração de plano de estágio. Desenvolvimento das atividades teórico-práticas em espaço sócio ocupacional com supervisão sistemática no campo de estágio e na Unidade de Ensino.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO II: Aprofundamento do conhecimento das demandas, serviços oferecidos, caracterização dos usuários, modelo de gestão institucional e a ação profissional. Elaboração e implementação de projeto de intervenção profissional. Desenvolvimento de atividades teórico-práticas em espaço sócio ocupacional com supervisão sistemática no campo de estágio e na Unidade de Ensino.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO III: Execução e avaliação do projeto de intervenção e da experiência do estágio. Sistematização e síntese do exercício profissional na Instituição. Elaboração do relatório final de estágio. Desenvolvimento das atividades teórico-práticas em espaço sócio ocupacional, com supervisão sistemática no campo de estágio e na Unidade de Ensino (UFSC/DSS, 2013, p. 50-51).

A supervisão de estágio na formação em Serviço Social envolve duas dimensões distintas, mas não excludentes de acompanhamento e orientação profissional: uma supervisão acadêmica que caracteriza a prática docente e, portanto, sob responsabilidade do(a) professor(a)-supervisor(a) no contexto do curso; e, a supervisão de campo, que compreende o acompanhamento direto das atividades prático-institucionais da(o) estudante pelo(a) assistente social, nos campos de estágio. Estas dimensões devem estar diretamente articuladas em todo processo de supervisão (PNE, 2010, p. 19).

Sua operacionalização abarca um conjunto de sujeitos – o estudante, o professor supervisor acadêmico, o assistente social-supervisor de campo, os demais profissionais e pessoas envolvidas no cotidiano do campo de estágio, no qual se desenvolve processos coletivos de trabalho – diretamente envolvidos na relação de ensino aprendizagem, e que desempenham diferentes papéis e funções na efetivação das atividades didático-pedagógicas, destacando-se, aqui, a supervisão. As atribuições dos supervisores, acadêmico e de campo, e dos estudantes estão vinculadas às orientações consoantes nas seguintes legislações: Lei n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008, Lei de Regulamentação da Profissão (Lei n.º 8.662/93) e a Resolução do CFESS, n.º 533, de 29 de setembro de 2008 (CFESS, 2010).

- Supervisor acadêmico

Aos supervisores acadêmicos compete o papel de orientar os estagiários e avaliar seu aprendizado, em constante diálogo com o supervisor de campo. Visa à qualificação do estudante durante o processo de formação e aprendizagem das dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas da profissão, em conformidade com o plano de estágio. (ABEPSS, 2010) Para o acompanhamento dos estudantes em estágio, na modalidade de supervisão acadêmica, o professor responsável deve estar regularmente inscrito no CRESS/SC e, ainda, professor, preferencialmente, efetivo do quadro docente do DSS, a fim de assegurar a continuidade do processo pedagógico junto aos estudantes, bem como fortalecer a implementação da Política de Estágio supervisionado do curso de Serviço Social da UFSC.

- Supervisor de campo

Na PNE se destaca que cabe ao supervisor de campo inserir, acompanhar, orientar e avaliar o estudante no campo de estágio, em consonância com um plano de estágio elaborado conjuntamente pelos sujeitos nele mais diretamente envolvidos. Este plano deve observar o disposto no projeto pedagógico do curso e nos programas institucionais vinculados aos campos de estágios. Deve, ainda, estabelecer diálogo permanente com o supervisor acadêmico, no processo de supervisão (ABEPSS, 2010).

- Estagiário

Segundo orientações da PNE (ABEPSS, 2010) cabe ao estagiário apreender criticamente a realidade social, problematizando-a no sentido de construir conhecimentos teórico-práticos que subsidiem a elaboração de propostas interventivas a serem implementadas no campo de estágio. Para isso também deverá identificar as correlações de força e as contradições do mercado de trabalho que se materializam no cotidiano institucional.

O estágio é um componente curricular importante na formação dos alunos, que vai além de cumprir as exigências acadêmicas, pois é uma oportunidade de perceber se a sua escolha é o que almeja realizar, há aptidão para a profissão. É uma experiência real, em que a prática no campo de estágio proporciona vivenciar o aprendizado dos estudos acadêmicos da graduação.

Conforme salienta Oliveira (2004),

Enquanto atividade curricular obrigatória, o estágio pressupõe o acompanhamento e a orientação profissional, por meio do processo de supervisão acadêmica e de campo, configurando um dos princípios que fundamentam a formação profissional, preconizados pela ABEPSS: a indissociabilidade entre estágio e supervisão. (OLIVEIRA, 2004, p. 59-81).

O período de estágio proporciona um momento de reflexão e aprendizagem sobre o fazer profissional, criando uma visão crítica e reflexiva. Segundo Buriolla (2001), “o estágio é o locus onde a identidade profissional do aluno é gerada, construída e referida, volta-se para o desenvolvimento de uma ação vivenciada, reflexiva e crítica, e por isso, deve ser planejado gradativamente e sistematicamente”.

A supervisão de estágio é compreendida como processo político-pedagógico e momento singular para o planejamento de estratégias de enfrentamento às dificuldades da realidade da formação profissional e é caracterizada como:

[...] processo coletivo de ensino-aprendizagem, no qual se realiza a observação, o registro, a análise e o acompanhamento da atuação do (a) estagiário(a) no campo de estágio, bem como a avaliação do processo de aprendizagem discente, visando a construção de conhecimentos e competências para o exercício da profissão. (ABEPSS, 2009, p. 15)

O estágio supervisionado se fundamenta em uma atividade educativa obrigatória no processo de aprendizagem teórico e prático, onde se vê a importância da visita pedagógica, para reconhecer a realidade institucional do campo de estágio e fortalecer a articulação entre estagiário, supervisão de campo e supervisão acadêmica.

As atribuições dos supervisores, acadêmico e de campo, estão vinculadas às orientações consoantes às seguintes legislações: Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662/93) e Resolução CFESS nº 533, de 29 de setembro de 2008.

A supervisora de campo cabe a inserção, acompanhamento, orientação e avaliação do estudante no campo de estágio em conformidade com o plano de estágio. A partir dessas considerações as principais atribuições do supervisor de campo são:

1 Comunicar à coordenação de estágio da UFA o número de vagas por semestre e definir, em consonância com o calendário acadêmico e conjuntamente com a coordenação de estágio, o início das atividades de estágio do respectivo período, a inserção do estudante no campo de estágio e o número de estagiários por supervisor de campo, em conformidade com a legislação vigente; 2 Elaborar e encaminhar à coordenação de estágios do Curso de Serviço Social da UFA o Plano de trabalho do Serviço Social com sua proposta de supervisão e o respectivo cronograma de realização desta atividade; 3 Certificar se o campo de estágio está na área do Serviço Social, em conformidade às competências e atribuições específicas, previstas nos artigos 4º e 5º da Lei 8.662/1993, objetivando a garantia das condições necessárias para o que exercício profissional seja desempenhado com qualidade e competência técnica e ética, requisitos fundamentais ao processo de formação do estagiário; 4 Oportunizar condições institucionais para o desenvolvimento das competências e habilidades do(a) estagiário(a), assumindo a responsabilidade direta das ações desenvolvidas pelo Serviço Social na instituição conveniada; 5 Disponibilizar ao(à) estagiário(a) a documentação institucional e de temáticas específicas referentes ao campo de estágio; 6 Participar efetivamente na elaboração do plano de estágio dos supervisionados, de acordo com o projeto pedagógico do curso, em parceria com o(a) supervisor(a) acadêmico(a), e manter cópia do referido documento no local de estágio; 7 Realizar encontros sistemáticos, com periodicidade definida (semanal ou

quinzenalmente), individuais e/ou grupais com os(as) estagiários(as), para acompanhamento das atividades de estágio e discussão do processo de formação profissional e seus desdobramentos, bem como de estratégias pertinentes ao enfrentamento das questões inerentes ao cotidiano profissional; 8 Participar efetivamente do processo de avaliação continuada do estagiário, juntamente, com o supervisor acadêmico; quando da avaliação semestral, emitir parecer e nota de acordo com instrumental qualitativo, construído pelo coletivo dos sujeitos e fornecido pela coordenação de estágio da UFA; 9 Participar das reuniões, encontros de monitoramento, avaliação e atualização, seminários, fóruns de supervisores e demais atividades promovidas pela Coordenação de Estágios da UFA, para o devido estabelecimento da unidade imprescindível ao processo pedagógico inerente ao estágio supervisionado; 10 Encaminhar as sugestões e dificuldades à coordenação de estágios da UFA e contatar com os supervisores acadêmicos, Coordenador(a) de Estágios ou Coordenador(a) de Curso quando julgar necessário; 11 Manter o controle da folha de frequência do estagiário, observando a carga horária exigida no respectivo nível de estágio e atestando o número de horas realizado pelo estagiário; 12 Atender às exigências de documentação e avaliação solicitadas pela Coordenação de Estágio da UFA; 13 Decidir, juntamente com a Coordenação de Estágios e supervisão acadêmica, sobre os casos de desligamento de estagiários; 14 Avaliar a pertinência de abertura e encerramento do campo de estágio. (PNE, 2019, p.20)

A Supervisão Acadêmica, que ocorre na instituição de ensino, sob orientação de um professor do curso, acontece como um espaço de trocas de saberes, onde os colegas e o professor compartilham experiências, tiram dúvidas, fazem reflexões e compartilham conhecimentos adquiridos na realidade do Campo de Estágio. Conforme a Resolução do CFESS, nº 533, de 29 de setembro de 2008 no Art. 7º, ao supervisor acadêmico, tem como responsabilidade cumprir o papel de orientar o estagiário e avaliar seu aprendizado, visando a qualificação do aluno durante o processo de formação e aprendizagem das dimensões técnico-operativas, teórico-metodológicas e ético-política da profissão.

As principais atribuições do supervisor acadêmico são:

- 1 Orientar os(as) supervisores(as) de campo e estagiários(as) sobre a política de estágio da UFA, inserindo o debate atual do estágio supervisionado e seus desdobramentos no processo de formação profissional;
- 2 Orientar os(as) estagiários(as) na elaboração do Plano de Estágio, conjuntamente com os(as) supervisores de campo, de acordo com os objetivos acadêmicos, em consonância com o projeto pedagógico e com as demandas específicas do campo de estágio;
- 3 Supervisionar as atividades desenvolvidas pelos estagiários na UFA por meio de encontros sistemáticos, com horários previamente estabelecidos, e no local de desenvolvimento do estágio, quando da realização das visitas sistemáticas aos campos de estágio, contribuindo na efetivação da supervisão direta e de qualidade, juntamente com o supervisor de campo;
- 4 Auxiliar o(a) estagiário(a) no processo de sistematização do conhecimento, orientando e revisando suas produções teóricas, como também contribuindo no processo pedagógico de análise do trabalho profissional;
- 5 Receber, ler, manter sigilo e observar criticamente as sínteses profissionais construídas pelos(as) estagiários(as), conduzindo a supervisão embasada em pressupostos teóricos, ético, políticos, técnico-operativos que contribuam com uma formação integral;
- 6 Organizar e participar de reuniões, encontros, seminários outras atividades que se fizerem necessárias, com os supervisores de campo na UFA para atualizações acerca de demandas à profissão, qualificação do processo de formação e exercício profissional e o aprofundamento teórico sobre temáticas pertinentes à efetivação da supervisão direta.
- 7 Acompanhar a trajetória acadêmica do(a) estagiário(a), no que se refere ao processo de estágio, por meio da documentação específica exigida pelo processo didático de

aprendizagem da UFA; 8 Fornecer, à coordenação de estágio ou órgão competente, os documentos necessários para compor o prontuário de cada estagiário; 9 Receber e analisar o controle de frequência, relatórios e demais documentos solicitados para avaliação dos acadêmicos em cada nível de estágio; 10 Avaliar o estagiário emitindo parecer sobre sua frequência, desempenho e atitude ético-crítica e técnico-política no exercício do estágio, atribuindo o respectivo conceito ou à respectiva nota; 11 Encaminhar à coordenação de estágio, relato de irregularidade ou demanda específica sobre a atuação dos campos, para efeito de realização de visita institucional. (PNE, 2019, p.20)

Neste processo também temos as atribuições aos estagiários em seus campos de estágio que são:

1 Observar e zelar pelo cumprimento dos preceitos ético-legais da profissão e as normas da instituição campo de estágio; 2 Informar ao supervisor acadêmico, ao supervisor de campo e/ou ao coordenador de estágios, conforme o caso, qualquer atitude individual, exigência ou atividade desenvolvida no estágio, que infrinja os princípios e preceitos da profissão, alicerçados no projeto ético-político, no projeto pedagógico do curso e/ ou nas normas institucionais do campo de estágio; 3 Apresentar sugestões, proposições e pedido de recursos que venham a contribuir para a qualidade de sua formação profissional ou, especificamente, o melhor desenvolvimento de suas atividades; 4 Agir com competência técnica e política nas atividades desenvolvidas no processo de realização do estágio supervisionado, requisitando apoio aos supervisores, de campo e acadêmico, frente a um processo decisório ou atuação que transcenda suas possibilidades; 5 Comunicar e justificar com antecedência ao supervisor acadêmico, ao supervisor de campo e/ou ao coordenador de estágios, conforme o caso, quaisquer alterações, relativas a sua frequência, entrega de trabalhos ou atividades previstas; 6 Apresentar ao coordenador de estágio, no início do período, atestado de vacinação, no caso de realizar seu estágio em estabelecimento de saúde; 7 Realizar seu processo de estágio supervisionado em consonância com o projeto ético-político profissional; 8 Reconhecer a disciplina de Estágio Curricular em Serviço Social como processo e elemento constitutivo da formação profissional, cujas estratégias de intervenção constituam-se na promoção do acesso aos direitos pelos usuários; 9 Participar efetivamente das supervisões acadêmicas e de campo, tanto individuais como grupais, realizando o conjunto de exigências pertinentes à referida atividade; 10 Comprometer-se com os estudos realizados nos grupos de supervisão de estágio, com a participação nas atividades concernentes e com a documentação solicitada (PNE, 2019, p. 23).

Com essa aproximação entendemos a importância do exercício da construção da identidade profissional do estagiário e suas competências técnica, política e ética, tendo como eixo norteador o projeto ético-político da categoria.

O estágio curricular supervisionado é um “instrumento fundamental na formação e análise crítica e da capacidade interventiva, propositiva e investigativa do estudante, que precisa apreender os elementos concretos que constituem a realidade social e suas contradições” (ABEPSS, 2009, p. 11).

Outro ponto para destacar, é a organização didático pedagógica, que se dá através da Política Nacional de Estágio (PNE), proposta pela ABEPSS (2010) e através do Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social da UFSC (2013.2), nesses dois documentos se constitui referências básicas para organização e dinâmica do estágio. O Projeto Pedagógico do Curso - PPC defende articulação do estágio com os demais componentes

curriculares tais como a oficina de preparação ao estágio, oficina de análise institucional, disciplinas como instrumentalidade e competências profissionais em serviço social, ética profissional do serviço social, pesquisa em serviço social, entre outras disciplinas ligadas a esse momento, respeitando os pré-requisitos previstos na matriz curricular.

Para conseguir um estágio, seja ele remunerado ou não, é necessário ficar atento às oportunidades oferecidas pelas instituições, que podem divulgar as vagas em sites e redes sociais, murais de faculdade, entre outros canais. Além disso, pode enviar currículo para as instituições.

No caso do estágio obrigatório, é comum que as universidades realizem a mediação entre alunos e instituições no semestre reservado para o estágio de acordo com a programação do curso.

Nesse trabalho a ênfase foi dada ao estágio obrigatório, em que se inicia na 6ª fase da graduação, responsabilidade esta do curso em disponibilizar vagas para os alunos, mas solidariamente os estudantes contribuem com aberturas de vagas.

Para a autora foi desafiador a procura pela vaga de estágio, pois mediante a sentimentos de ansiedade e dúvidas em encontrar a instituição, e ter que cumprir a carga horária exigida pelo curso, e estando desempregada, procurou entrar em contato com instituições que fosse próximo à sua casa, bairro, para poder facilitar sua locomoção.

Algumas instituições oferecem bolsa remunerada, mas as maiorias das instituições no estágio obrigatório não costumam remunerar, o que dificulta e muito para os estudantes, devido ao tempo de estágio obrigatório a ser cumprido. Sendo que a maioria dos estudantes trabalha em horário integral para sustentar suas famílias, e o curso exige o estágio para se formar, o impasse é ter que abrir mão de seu trabalho remunerado, e ir para uma instituição estagiar sem remuneração. Muitos estudantes procuram adiar o estágio, fazendo outras disciplinas curriculares para achar uma solução de como se manter financeiramente pelo período de três semestres do estágio. Para a autora não foi diferente, para estagiar, foi preciso se adequar em fazer trabalho autônomo para se manter e sustentar sua família neste período de estágio.

1.2 O processo seletivo para o estágio, adaptação e visitas.

No período das férias, que antecede as obrigações de estágio, a autora enviou por e-mail, currículos e fez contato por telefone com assistentes sociais de algumas instituições. Não foi fácil, havia mais estagiários a procura de vagas para estagiar do que instituições

oportunizando uma vaga, pois a demanda em relação a campo de estágio não é somente da UFSC, mas de muitas instituições.

A autora entrou em contato com uma instituição no bairro onde reside, onde passou por uma entrevista com a assistente social que lhe informou que havia ocorrido uma pré-seleção, então ficaria a critério da autora para querer fazer a entrevista. Considerando que havia alguma oportunidade, optamos por buscar a entrevista.

Durante a entrevista, a assistente social explicou que a vaga estava praticamente preenchida por um estudante que no semestre anterior havia entrado em contato, mas por causa de problemas internos nesta instituição não foi possível aceitar estagiários no semestre. Diante disto, comentou que havia uma instituição que conhecia e que estava aberta a vaga para estágio em Serviço Social, e o local seria em outro município.

Devido pouco campo de estágio e com receio de não encontrar, a autora aceitou o contato para agendar uma nova entrevista nesta outra instituição, uma ILPI – Instituição de Longa Permanência para Idosos, onde foi agendada a entrevista para o dia seguinte à tarde.

Uma das questões que começou a ser questionada pela autora caso se concretizasse a vaga para estagiar, seria quanto a locomoção para o campo de estágio, pois a instituição sendo em outro município, colocava o problema do tempo de 1 hora e 15 minutos para chegar na ILPI e mais de duas horas para chegar a Universidade no final do dia por fazer o curso noturno. Toda esta trajetória levaria maior parte do dia, mas precisava dar conta em trabalhar, estudar, e ter recurso para o custo do transporte coletivo, que somando toda a despesa para locomoção seria muito alto. É um desafio conciliar acesso a educação e permanência, e o acesso ao trabalho que mantém e sustenta a própria família. Nossas universidades não são efetivamente pensadas e projetadas para todos, permanece o viés elitista do ensino superior.

Mas para se formar no curso é obrigatório o estágio, é preciso enfrentar as adversidades que estariam começando.

Conforme o autor Barbosa,

O estágio é indispensável ao estudante sendo de fundamental importância na formação profissional calcado no processo de ensino-aprendizagem, pois os estágios “constituem-se em espaços onde emergem questões que lhe são especialmente particulares, por estarem situados na esfera das relações entre instituições de ensino e as organizações” (BARBOSA, 2001, p. 02).

A autora foi para a entrevista conforme agendada na ILPI, e ao chegar, foi recepcionada pela profissional enfermeira da instituição, enquanto aguardava a chegada da assistente social. Enquanto a assistente social não chegava, a autora ficou aguardando e neste tempo conversando com alguns idosos que às vezes passavam pela recepção.

Após aguardar por mais de uma hora, e com a chegada da assistente social, dá-se início a entrevista perguntando a autora como soube da vaga de estágio, local que reside que período frequenta o curso, e se havia pensado no horário para cumprir a carga horária do estágio.

A assistente social explicou que como a carga horária do estágio era de 12 horas semanais, se havia a possibilidade de fazer três vezes na semana sendo 4 horas diárias, e que o estágio não era remunerado, pois a instituição não tinha condições de pagar bolsa para o estágio.

A entrevista deu continuidade com questões referente ao currículo apresentado pela autora, às experiências de trabalho, e cursos realizados, como estava sendo o aprendizado na Universidade.

A assistente social comenta sobre o plano de estágio para o semestre, e que vem a ser um documento elaborado na Supervisão Acadêmica de Estágio Obrigatório I, pelo estudante/estagiário, supervisor de campo e supervisor acadêmico que deve conter as atividades e objetivos que serão desenvolvidos durante o semestre letivo, documento esse que servirá como norteador do processo ensino aprendizagem. Observando a importância de destacar o art. 4º da Resolução nº 533 do CFESS, que regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social, e define que para realização do estágio faz-se necessário a existência de um projeto de trabalho da unidade de formação acadêmica e um plano de estágio no âmbito da instituição, além dos relatórios dos/as estudantes. Explicando que tais exigências são de suma importância para assegurar que o estágio seja uma atividade pedagógica específica no processo de formação.

Conforme foi sendo conduzido a entrevista, a estagiária observou que apesar das dificuldades que seriam enfrentadas diariamente, havia possibilidade de superá-las, pois o objetivo naquele momento era de achar um campo para estagiar, mesmo com os obstáculos, com foco e persistência haveria de superar e vencer esse período do estágio.

Os relatos da assistente social como profissional em Serviço Social e coordenadora da ILPI, as demandas, os usuários, a instituição na sua totalidade, fez autora refletir, pensar e aceitar estagiar. Enfrentar um campo desconhecido, vivenciar esta experiência como estagiária, estudante em formação, em uma instituição de idosos em situação de vulnerabilidade social e também em situação originada por maus tratos, negligência e/ou risco pessoal, que não há familiares, ou estejam passando por diversos fatores, como necessidades financeiras ou não, mas principalmente com limitações intelectual, emocional e psicológica.

Durante a entrevista houve trocas de informações, como por exemplo, referente aos estudos acadêmicos; quanto haveria disponibilidade em aprender, pois, explicando que havia muito para ser feito na área do Serviço Social, até porque sua atuação estava dirigida para a gestão da ILPI.

Logo no início foi questionado sobre o exercício das duas funções, coordenadora e assistente social na ILPI! Ela explicou que quando foi contratada a função era coordenadora (gestora administrativa), mas como formada em Serviço Social, e devido às demandas no decorrer do dia, há situações que acaba atuando como assistente social, tornando difícil separar o trabalho de Gestão da Instituição do Serviço Social, mas o salário é apenas sobre uma função, e a carga horária é de 40horas/semanais, sendo que se fosse atuar só como assistente social seria de 30horas /semanais.

Diante desta fala como um desabafo, vem na memória questões que muitas vezes foram discutidas em sala de aula, sobre qual a ação profissional para além da manipulação de instrumentos e técnicas utilizados na implementação de políticas sociais diversas e compreender seu lugar na relação com as demais dimensões do exercício profissional.

A coordenadora comenta que é um campo de muito aprendizado para o estágio, tanto na área da gestão como na área do Serviço Social, pois é na coordenação que são atendidas as demandas e encaminhadas para a equipe multiprofissional responsável. Nesta equipe há outra profissional assistente social que a cada quinze dias (por 8horas) atua como prestadora de serviços na instituição, mas devido ao pouco período que exerce sua função, também pouco está sendo feito, e muitas das demandas acabam sendo atendidas e resolvidas por ela como assistente social e coordenadora da ILPI. Diante disto tudo foi informado que dá possibilidade de estágio, este seria realizado na gestão que abrange a todos os setores inclusive na área do Serviço Social.

Enquanto a coordenadora relatava o decorrer do trabalho no dia a dia, a autora se imaginou estagiando na instituição, como seria o estágio no cotidiano; como iria poder contribuir diante das demandas; dos usuários; percebeu que seria perfeito e desafiador, é um campo que tem diversidade de demandas; contato direto com os usuários; como é a ILPI na sua totalidade; logo surgiu uma questão: Como é viver institucionalizado? Como os idosos se sentem? O que pode ser feito por eles? Quando for assistente social, o que vou fazer diante das demandas? Foram estas indagações que levaram ao aceite em estagiar na ILPI, procurar desafiar as adversidades e enfrentar os obstáculos, o aprendizado na prática.

Desta forma foi confirmado aceitar estagiar na ILPI e ambas em acordo combinam a data e o horário e o comprometimento da coordenadora e assistente social como supervisora de campo, cumprindo suas atribuições, e o mesmo com a estagiária.

Assim que acordado o início do estágio, a autora perguntou se poderia conhecer o espaço físico da instituição, a assistente social respondeu que naquele momento não poderia acompanhar, pois havia algumas demandas para atender, mas que não haveria problema em conhecer o espaço, mas que deveria preservar a privacidade dos idosos caso estivesse em seus quartos descansando. Respeitando o solicitado, apenas passou por uma sala que havia alguns idosos e funcionários conversando como momento de descontração, e de forma informal se fez presente.

Naquele momento com o campo de estágio definido com antecedência poderia aproveitar umas horas da semana para vir a ILPI para passar alguns momentos com os idosos para visitar, conversar, escutar suas experiências vivenciadas e podendo de alguma forma contribuir para diminuir este sentimento de solidão.

Logo se despediu dos idosos e funcionários, foi na coordenação, e indagou a assistente social a possibilidade de vir pelo menos uma ou duas vezes na semana na ILPI para visitar os idosos até iniciar o estágio. A assistente social concordou com a visita e recomendou que essas horas fossem à tarde, após as 14h para que os idosos pudessem descansar após o almoço como gostam de fazer. Sendo assim, passou a ir visitar os idosos pelo período de cinco semanas, às vezes uma vez, outras duas vezes na semana, conforme a condição financeira, e nestas idas, observando o tempo de distância de locomoção para ir e voltar da ILPI, custos, criando um roteiro, um planejamento para quando iniciasse o estágio.

Ao fazer as primeiras visitas, a autora se sente cada vez mais motivada a realizar o estágio na ILPI, pois durante as conversas com os idosos, relataram algumas de suas vivências relembrando os momentos bons, mas percebe-se ao concluir as falas, sentimentos de carência e tristeza, como o que resta é conformidade diante da situação que vivem porque são velhos como dizem “estamos velhos”, alguns não querem ficar com os filhos para não atrapalhar a vida deles, outros não tem mais família, tão pouco amigos não os visitam, e tem os que não tem a menor ideia de onde está quanto menos o porquê está na ILPI.

Como os profissionais da ILPI estão na presença dos idosos, também acrescentam em poucas palavras que os idosos muitas vezes estão ali sozinhos, esquecidos por seus amigos e familiares, e isto dificilmente vai mudar. Há nesse contexto exceções, um ou outro familiar que visita seu ente, ou até famílias que buscam o idoso para passar alguns dias em casa, mas por se tratar de exceções são poucos esses casos. Também falam as suas dificuldades em

trabalhar na ILPI, mesmo que tenha havido melhorias com o passar dos anos, sabem que a instituição passa por dificuldades em todas as áreas como cuidados a saúde, melhor conforto para os idosos, suplementos para atender os idosos, sempre falta algo e tem que trabalhar com o que tem no momento, isto depende muito de condições financeiras para comprar ou de doações que nem sempre há. Uma das profissionais diz, “é preciso continuar com as portas abertas para acolher idosos que procuram, precisam de um lugar para morar, é uma luta diária para eles idosos e para nós que trabalhamos aqui.”

Ao longo do estágio tiveram momentos que se sentiu comovida conhecendo um pouco das histórias dos idosos, e ao mesmo tempo houve uma vontade enorme em querer fazer algo, pensar, criar alternativas para melhorar a qualidade de vida destes idosos. E vem questões em seu pensamento de o que pode ser feito? Como fazer? Por onde começar? Esta primeira aproximação com a realidade da instituição fez com que a estagiária iniciasse seu processo de planejamento, elemento necessário para o desenvolvimento do estágio.

Então lembra que todo aprendizado que teve até o momento durante o curso de Serviço Social, poderá ser revisto e colocado na prática do estágio, agora sua preocupação neste momento, tão esperado, da formação profissional.

Conforme Trindade (1999), nos serviços sociais, as atividades de articulação intra e interinstitucional estão presente no Serviço Social. (TRINDADE, 1999 p.92).

E quanto aos assistentes sociais a autora Trindade afirma que,

[...] assumem inúmeras atribuições direcionadas à manutenção de uma base de apoio para a permanência do usuário na estrutura institucional. Além de assumir mobilização de diversas instituições, não só no sentido de angariar recursos e serviços, como também no sentido de despertar profissionais e usuários para a organização em torno de reivindicações pertinentes à realidade dos usuários e para o aumento de consciência sobre os seus problemas. (TRINDADE, 1999 p. 93).

Foi a partir deste momento e com estas expectativas que iniciamos nosso estágio, acreditando nas inúmeras possibilidades de sua realização.

1.3 A inserção no estágio.

Iniciado o ano letivo, e no primeiro dia de estágio, formalmente nos apresentamos à supervisora de campo na coordenação da ILPI.

Em um curto tempo, a supervisora de campo expos como era o seu trabalho na gestão da instituição e do campo de estágio nesta área. Foi revisto o plano de atividades para o semestre além da unidade acadêmica em que o processo de ensino-aprendizagem deve considerar as dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa, foi acrescentado mais leituras com temas referentes, por exemplo: ao Serviço Social em ILPIs; o

funcionamento das políticas públicas em instituições não governamentais; idosos institucionalizados, suas famílias, e conforme as ocorrências iriam aparecendo mais temas que poderiam ser vistos e debatidos no momento da supervisão de campo que ficou acordada em uma vez na semana por uma hora, a ser realizada. Além de fazer os relatórios referentes ao campo de estágio, e o acompanhamento em conjunto com a supervisora acadêmica.

Logo a coordenadora e supervisora de campo, explicou que haveria dias na instituição com muitas demandas, não teria como dar atenção devida para o estágio, mas que a partir daquele momento em diante, como estagiária em Serviço Social da instituição, teria acesso para desbravar a ILPI, conhecendo o funcionamento no dia a dia, e principalmente os usuários que fazem parte desta, observando, participando através das atividades junto dos usuários no dia a dia, a aproximação levaria a compreensão da história de cada um.

Procurando identificar as demandas que chegam à área do Serviço Social, e quais as funções cabe ao assistente social na ILPI.

Conforme Trindade (2013) afirma,

Que a dimensão técnico-operativa se concretiza por meio das ações profissionais. Considera como ações profissionais as atribuições que viabilizam as respostas dos assistentes às requisições colocadas pela instituição empregadora como parte da prestação de serviços sociais. Essas ações precisam estar conectadas com os conteúdos que envolvem o exercício profissional, sendo relacionadas com os sujeitos sociais (individuais e coletivos), políticas sociais, direitos sociais, movimentos sociais etc. Tais conteúdos estão atravessados por concepções teóricas e ético-políticas que norteiam as escolhas profissionais. Observa-se que as ações profissionais mais comuns são: executar, orientar, agrupar, providenciar, acompanhar, socializar, coordenar, planejar, pesquisar, monitorar, supervisionar, organizar e administrar, estudar e analisar, emitir parecer, assessorar, consultoriar. (TRINDADE, 2013, p. 76).

Neste processo, os profissionais utilizam os instrumentos e técnicas, os procedimentos, acionam um conjunto de princípios, valores, conhecimentos, habilidades que materializam a dimensão técnico-operativa.

O projeto ético e político do Serviço Social, que orienta o exercício e a formação profissional, resultou de um processo histórico de construção coletiva, sob a direção das entidades nacionais da categoria (CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO). Este projeto de profissão e sociedade é explicitado no Código de Ética Profissional, na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/93) e nas Diretrizes Curriculares aprovadas pela ABEPSS em 1996.

No cotidiano, os profissionais devem promover estratégias técnico-políticas nos diversos espaços socioinstitucionais que concretizem princípios como:

Ampliação da liberdade, concebida como autonomia, emancipação e pleno desenvolvimento dos indivíduos; Defesa intransigente dos direitos humanos contra

todo tipo de arbítrio e autoritarismo; Defesa e aprofundamento e consolidação da cidadania e da democracia (socialização da riqueza socialmente produzida e da participação política); Defesa da equidade, da justiça social, universalizando o acesso a bens e serviços relativos a programas e políticas sociais e a sua gestão democrática; Compromisso com qualidade na prestação dos serviços, competência profissional e articulação com outros profissionais e trabalhadores. (CFESS. 2021.p.01)

Acompanhando a supervisora de campo que atua na área da gestão como coordenadora da ILPI, observa-se que o dia a dia do idoso residente na instituição, está atrelado à organização institucional, e que o trabalho da coordenadora vai além desta função de coordenar esta instituição.

Como coordenadora é responsável pelo planejamento, organização, avaliação do serviço da equipe profissional que atua com os cuidados a saúde, alimentação, vestuário, e lidera, orienta e direciona a equipe multiprofissional, composta por serviço social, psicologia, nutrição e geriatria que são prestadores de serviços à instituição.

A coordenadora é assistente social, mas quando foi contratada para trabalhar na ILPI, sua função era coordenar, administrar a instituição, mas conforme seu relato e a demanda apresentada no seu cotidiano, muitas destas era preciso o papel de assistente social ter que atuar, e com isto acumulando funções que não estava mais conciliando com sua carga horária e tão pouco chegando a resultados conclusivos. Somente após alguns meses na ILPI, e devido a quantidade de demandas relacionadas a área do Serviço Social é que foi contratada uma assistente social (prestadora de serviço) para atender a instituição e suas demandas.

Analisando sobre o campo de estágio, mediante as informações, havia muito a ser explorado, o primeiro plano a ser feito é conhecer os idosos, funcionários, prestadores de serviços, e a diretoria da instituição, pois naquele período em que visitava a ILPI antes do estágio iniciar, poucos foram conhecidos, além, de também precisar ser apresentada como a primeira estagiária em Serviço Social a estagiar na instituição.

Junto com a supervisora de campo, foi sendo apresentada aos funcionários em seus setores de trabalho, e aos idosos que se encontravam alguns caminhando, outros descansando na sala de convivência, outros em seus quartos, sem invadir sua privacidade apenas os cumprimentando, e que com certeza com o tempo haveria outra oportunidade para se conhecerem.

Como não estavam todos os funcionários, prestadores de serviços e membros da diretoria neste primeiro dia de estágio, no decorrer da semana os conheceriam, pois estes trabalham por plantões, sendo que cada dia um grupo revezava com outro grupo para cumprir

a jornada de trabalho. Quanto a diretoria, a cada quinze dias eram feitas reuniões na instituição para resolver demandas relacionadas à mesma, conforme dia e horário, a autora poderia participar.

No momento do ingresso no campo de estágio, a ILPI estava passando por transformações na área administrativa e principalmente financeira. A diretoria da ILPI era formada por uma equipe de voluntários, que prestavam serviços à instituição através dos conhecimentos de suas profissões.

A equipe era composta conforme o organograma abaixo:

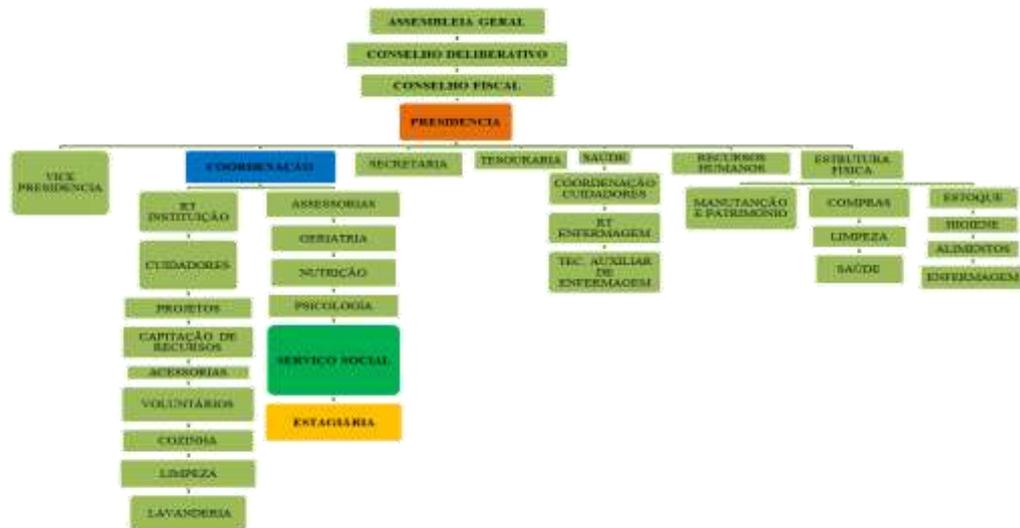


Gráfico 1- Fonte - Elaboração própria da autora.

1.4 Demandas para o Serviço Social na Instituição

Foi percebido, logo ao chegar pela manhã no campo de estágio, que as primeiras demandas do dia são referentes aos **idosos e suas necessidades particulares**² a serem atendidas, sendo que, algumas destas poderiam ser acolhidas pela equipe de profissionais que estavam nas suas funções diárias, outras, seriam acolhidas pela coordenação. Algumas destas demandas, foram logo identificadas, como fazer ligação para algum familiar que o idoso queria conversar, anotar algo que o idoso deseja como desde um produto de higiene diferenciado, a solicitação de ir embora da instituição, pois são inúmeras as demandas, e era preciso acolher todos os pedidos, porque por mais simples até a mais complexa demanda, percebia-se que os idosos muitas das vezes queriam naquele momento de atenção e carinho.

Já quando do atendimento referia-se aos **familiares dos idosos que entravam em contato**, e que traziam diversas situações como conflitos, preocupação com o bem-estar do

² Grifo da autora para destacar as demandas do campo de estágio.

idoso, famílias com problemas de gerenciar benefício do idoso, situação de abandono familiar do idoso, enfim, situações relacionadas a vida do idoso institucionalizado. Estas demandas eram passadas para a Coordenadora, que agendava um atendimento para que a assistente social (prestadora de serviço) pudesse atender no seu dia de trabalho ou não, e poderia ser aguardado. Sendo que a coordenadora, assistente social, também atendia, fazia os encaminhamentos, procurava solucionar na medida do possível.

As **dificuldades dos cuidadores** era a sobrecarga de trabalho e exigência física e “necessidade de conhecimento para cuidar” dos idosos, resultante da falta de recursos financeiros, para poder contratar mais cuidadores para atuar na ILPI, se caso faltasse um funcionário, a equipe toda precisa se reprogramar neste dia para dar conta de todo o serviço, pois um trabalho está interligado ao outro para atender todos os idosos.

Outra demanda que estava relacionado à ILPI, era a falta de recursos, o que levava a coordenadora estar sempre em contato para **captação de recursos** com empresas e outras instituições, pessoas dispostas a fazer doações, porque só as mensalidades pagas pelos idosos não cobriria as despesas da ILPI e muito menos as necessidades dos idosos. Também era feito contato com os familiares dos idosos para que não deixassem de trazer os materiais que seriam de responsabilidade da família como, por exemplo: a medicação, fraldas, vestuário, calçado, produto de higiene diferenciado. Isto é importante, pois além dos produtos que a ILPI oferecia através das doações, havia sempre um produto que o idoso necessita como, por exemplo: creme hidratante para pele mais delicada, um creme de barbear anti alérgico, perfume, e outros, além de produtos de alimentação como diet, ou emulsificante, alimento para dieta específica, e outros.

A captação de recursos era praticamente feita todos os dias, a falta de materiais de apoio para os funcionários era em vários setores da ILPI, como na saúde, alimentação, manutenção na instituição, e outras que na maior parte das vezes se tornava preocupante para a coordenação e diretoria da ILPI, pois havia o compromisso de proporcionar melhores condições de vida e bem estar para os idosos e condições apropriadas para os profissionais poderem trabalhar.

No entanto, algumas destas levam tempo para serem concluídas, que por motivos de diversas ordens a ILPI não atenta para todas as necessidades, interesses pessoais, e expectativas dos idosos, tornando o atendimento ainda mais precário e desestimulante.

A ILPI, majoritariamente dependia de **ações voluntárias**, as pessoas procuravam a instituição com o intuito de ajudar de alguma forma, através das várias ações, seja financeiramente ou para compartilhar experiências, troca de aprendizados desenvolvendo

várias atividades, como culturais, música, voluntários da beleza que proporcionavam o serviço de corte de cabelo, manicure, pedicure e maquiagem e através da parceria com a UNIVALI, os estudantes em estágio da educação física faziam atividades com os idosos.

Aos poucos foi sendo percebida que as pessoas que procuravam a ILPI para fazer trabalhos voluntários, era agendada uma entrevista para conhecer o perfil do voluntário e qual seria ação a oferecer para os idosos. Estes relataram que já haviam participado em outras instituições como voluntárias e contavam que foi preciso se afastar das ações voluntárias por vários motivos, como por exemplo: que se mudou de cidade; não conciliava mais o voluntariado com seu trabalho pessoal; ou que adoeceu; precisou ficar afastada para cuidar de seu bebê; e outros motivos, mas o fato é que todos diziam que sentiam falta em fazer este trabalho voluntário, pois ao mesmo tempo em que estavam se doando para o voluntariado, contribuindo, transformando a vida de outras pessoas com as ações voluntárias, essas se sentiam mais bem consigo mesmas, energizadas, revigoradas, e só o fato de poder estar dando atenção, carinho, por umas horas para outras pessoas, estavam fazendo o bem para si mesmo.

O trabalho voluntário é caracterizado como uma atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidades públicas e/ou privadas com ou sem fins lucrativos. É regulamentada por lei, neste caso municipal, a qual formaliza um trabalho que não poderá gerar vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista e previdenciária, dentre outras. Ou seja, é uma relação fora da esfera do direito do trabalho, o que fragiliza e precariza ainda mais o/a trabalhador/a que se coloca como voluntário/a, visto que a intervenção do estado é mínima e o seu desejo individual pela ajuda ao próximo passa a ser o regulador de todos os processos.

A prática voluntária como sendo um tipo de trabalho que objetiva preencher lacunas do mercado de trabalho formal, tais iniciativas promovem e reforçam a desresponsabilização do Estado, frente à falta de mão de obra para atendimento de qualidade à população, e ainda, como forma precária de atender as demandas do/as usuários/as das instituições privadas gerando um total retrocesso, e atingem diretamente à população, que fica exposta à descontinuidade e à desprofissionalização da prestação dos serviços, e que agora passa a depender da “solidariedade” e disposição individual de cada “voluntário”, e não mais do compromisso do Estado com direitos constitucionais.

Além dos trabalhos voluntários que eram realizados na instituição, havia voluntários que faziam doações financeiras mensalmente, como uma senhora de 74 anos que todo mês fazia questão de doar financeiramente e dizia ao telefonar avisando que havia feito depósito

em banco, era uma forma de ajudar, pois não sabia fazer trabalhos manuais para ensinar os idosos, mas se sentia bem em saber que estava sendo voluntária doando.

A **coordenadora planejava um calendário** em que os trabalhos dos voluntários que realizavam atividades com os idosos era agendada desde o início de cada ano, assim ficava programado os dias da semana quais as atividades seriam realizadas. As atividades realizadas são de lazer, entretenimento, com exercícios que fortaleçam a memória dos idosos institucionalizados, para que sua estadia no local se torne mais agradável e com momentos de descontração. Como resultados alcançados percebiam-se melhorias na qualidade de vida dos idosos. No decorrer do ano, conforme mais voluntários procuravam a ILPI, era feito novos agendamentos.

Mesmo que haja os serviços oferecidos pela própria ILPI, como atendimento médico, fisioterapia ocupacional, psicologia, ainda que menos ligada a parcerias com Universidades e associações religiosas, o lazer precisa ser reconhecido, conforme Constituição Federal Brasileira e no Estatuto do Idoso que assegura direito a lazer para idosos. Esta atividade de lazer era feita por diferentes instituições e sujeitos que colaboraram como descritos a seguir.

Conforme a coordenação relata, há voluntários que auxiliam na arrecadação de alimentos, medicamentos, produtos de necessidades diárias para a instituição, e outros voluntários como os alunos de Educação Física da Universidade UNIVALI que estão em estágio, e frequentam a instituição para estimular a prática de atividades físicas uma vez na semana durante o ano letivo e acompanhado por seu professor supervisor. Outro voluntário é o grupo de dança composto por idosas da comunidade, que a cada quinze dias faz uma apresentação e que interage com os idosos da instituição para participar da dança.

Ocorriam práticas religiosas que eram organizadas por voluntários, com exceção de um grupo de oração composto por senhoras que residiam na comunidade e rezam o terço uma vez por mês na ILPI.

Mesmo com a variedade de práticas de lazer oferecidas pelos voluntários, alguns idosos não participam, por exemplo, se for ginástica vai depender do grau de autonomia do idoso, ao contrário das atividades manuais que são realizadas semanalmente e a frequência é maior, onde é feito: colagens, dobraduras, pinturas, manuseio com argila. O material é oferecido pelos voluntários.

Neste contexto, em relação aos idosos que não querem participar do lazer, a coordenadora e assistente social, relata que há um choque entre a intenção de proporcionar lazer e sua não aceitação, pois a pouca disposição acaba gerando uma acomodação, e os conflitos se acentuam com um simples convite para vir a participar. O propósito é tirá-los

desta postura de inércia, que refletem em deficiências funcionais do organismo e na fragilidade das relações afetivas que por sua vez, conduzem a um distanciamento, podendo culminar em um isolamento social. Apesar de que as atividades não são planejadas em conjunto com os idosos, é feito de maneira informal uma pesquisa sobre quais são as preferências de lazer destes, e então é feita uma nova programação.

A autora atribuiu à atividade de estágio supervisionar o contato próximo à realidade através do ensino e aprendizado. Esta aproximação com a realidade aconteceu sob a supervisão da assistente social e coordenadora que se dispôs a supervisionar dentro do seu campo de trabalho, conhecendo seu trabalho profissional, proporcionando uma reflexão sobre as competências profissionais e que possa construir um futuro profissional, voltado para uma postura ética e política, na qual visa à garantia de acesso aos direitos, e poder construir uma visão crítica e reflexiva das contradições existentes que havia no campo de estágio.

Por muitas vezes ocorrem situações em que em conjunto com a supervisora de campo buscava-se assegurar aos idosos os direitos que lhe eram cabíveis e resultando positivamente ao benefício deste.

1.5 Aprendizados Adquiridos no Decorrer do Estágio

O Estágio Supervisionado I oportunizou conhecer o **funcionamento da instituição**³ em que o estágio foi realizado. Este se desenvolveu através da elaboração do reconhecimento institucional, sendo que na ocasião também foi possível relacionar o **campo de estágio com os referenciais teóricos da profissão**, onde a autora pode realizar uma interpretação crítica sobre seu campo de trabalho, identificando a política social no âmbito da intervenção, assim contextualizando as demandas imediatas, realizando uma análise de conjuntura em que estabelecia estratégias de ação viáveis, e podendo ter melhor visibilidade da importância desta categoria como profissional em Serviço Social.

Foi possível ter junto com a supervisora de campo um estreito acompanhamento de sua atuação como coordenadora da gestão e também como assistente social, sendo que as funções do dia a dia tomavam a maior parte em trabalhos burocráticos relacionados à gestão.

A experiência de fazer essa relação do cotidiano do profissional com a fundamentação teórica da profissão permitiu a articulação do conhecimento com a realidade histórica e social, pois o estágio se constitui num momento fundamental na formação da “análise crítica e da capacidade interventiva, propositiva e investigativa do (a) estudante, que precisa apreender os

³ Grifos da autora para destacar os aprendizados no campo de estágio.

elementos concretos que constituem a realidade social capitalista e suas contradições, de modo a intervir, posteriormente como profissional, nas diferentes expressões da questão social” (ABEPSS, 2010, p.11).

Em relação à competência **ético-política** no decorrer do estágio supervisionado I, a estagiária em Serviço Social, procurou se aproximar na perspectiva de garantia de direitos, apropriação com os direitos dos idosos e com o funcionamento da ILPI. Analisou a vinculação da gestão aos direitos destes e o acesso aos serviços.

Quanto à competência **teórica metodológica**, a estagiária interessou-se em conhecer a política do idoso, os documentos institucionais, bem como identificar a ausência de alguns para criação dos fluxos institucionais e atendimento a necessidades, também as reflexões sobre a temática que envolve o idoso e o próprio exercício profissional. Sendo assim aprofundou-se em estudar e pesquisar sobre o processo de articulação de conteúdo para proposta de intervenção.

A **competência técnica operativa** a estagiária se fez apropriação para utilização dos instrumentos, inicialmente no âmbito do acolhimento e atendimentos aos usuários, aos poucos, desenvolvendo habilidade para entrevistas, visitas, etc...

A supervisão de estágio em campo no primeiro semestre foi realizada esporadicamente durante o processo de ambientação. Houve discussão com o supervisor sobre conteúdo teórico metodológico e trabalhos produzidos no curso referente ao campo de estágio, diálogos sobre as principais discussões para dúvidas e questionamentos.

A estagiária se comprometeu com a leitura do material recomendado pela supervisora de campo. **Leitura de toda a legislação e documentação específica sobre os idosos.**

Documentação relacionada as normas de funcionamento da ILPI conforme RDC 283 – Resolução da Diretoria Colegiada – conforme a Vigilância Sanitária, estabelece o padrão mínimo de funcionamento das Instituições de Longa Permanência para Idosos.

Esta norma é aplicável a toda instituição de longa permanência para idosos, governamental ou não governamental, destinada à moradia coletiva de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, com ou sem suporte familiar.

Os documentos e os procedimentos necessários para que uma ILPI esteja funcionando de forma regular, conforme a regulamentação (RDC 283, item 4.5 e art. 48, parágrafo único), são os seguintes:

- Licença prévia e alvará da Vigilância Sanitária;
- Inscrição no Conselho Municipal do Idoso;
- Estatuto Registrado em Cartório;

- Registro de Entidade Social, feito junto à Secretaria Municipal de Assistência Social ou congênere.

O Estatuto do Idoso, que foi criado pela Lei Federal nº10.741/2003. Este estatuto estabelece qual o papel da família, sociedade e comunidade na manutenção dos direitos do idoso e como asseguradores do bem-estar do idoso.

A Política de Atendimento ao Idoso, que está relacionado como se dá quanto ao atendimento aos idosos, dispõe que este tipo de lugar está sujeito às verificações de dois órgãos competentes.

São eles o Conselho Estadual ou Nacional da Pessoa Idosa, e a Vigilância Sanitária. Segundo esta lei, para que uma instituição de atendimento ao idoso seja legalmente constituída é preciso que ela atenda a quatro requisitos básicos, são eles:

- ✓ As instalações físicas deste tipo de lugar devem ser adequadas para garantir a saúde do idoso. Desta forma, estando de acordo com condições de higiene, salubridade, segurança e habitabilidade.
- ✓ Deve ser constituída de forma legal.
- ✓ A idoneidade dos seus dirigentes e responsáveis técnicos deve ser comprovada.
- ✓ Todos os objetivos da instituição e os planos de trabalho realizados por ela devem ser compatíveis com a lei em questão.

O Regimento Interno da Instituição é referente as regras de funcionamento do serviço. As pessoas idosas podem solicitar esclarecimentos e/ou fazer sugestões de alterações sobre as regras definidas.

Plano de Atenção Integral à Saúde é um documento em que se relata sobre a saúde dos residentes, em articulação com a equipe de saúde que os atenda. Deve manter um registro por escrito das rotinas e dos procedimentos com relação aos cuidados com a pessoa idosa (RDC 283/2005, item 5).

A Política de Assistência Social é executada através dos Benefícios Assistenciais e as configuram um direito do cidadão e um dever do Estado.

São prestados de maneira articulada por meio da inclusão dos beneficiários e de suas famílias nos serviços socioassistenciais e nas políticas setoriais, cumprindo assim, teoricamente, os objetivos traçados pelo artigo 2º, da Lei 8.742/93.

Atualmente, os benefícios sociais se dividem de duas maneiras: o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) e os Benefícios Eventuais.

O primeiro assegura o pagamento mensal de um salário mínimo ao idoso, com 65 anos ou mais, e à pessoal portador de deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo

prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem dificultar ou até mesmo impedir a sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Nos dois casos, o cidadão deve comprovar que não possui meios de prover a sua própria subsistência, nem de tê-la provida por sua família.

Segundo o autor Silva,

A formação profissional em Serviço Social busca contemplar uma base teórico-metodológica pautada na perspectiva crítica capaz de propiciar a reflexão dialética do modo de pensar e agir profissional, isto é, análise das relações sociais na sua totalidade, logo, ela “é entendida como processo dialético, portanto aberto, dinâmico e permanente, incorporando concepções decorrentes da inserção da profissão [...]” (SILVA, 2007, p.73).

Essa atividade curricular se caracteriza pela inserção dos estudantes de Serviço Social nos espaços sócio-organizacionais objetivando a capacitação para o exercício profissional, e também a produção de conhecimentos pelas situações cotidianas que se apresentam junto à população usuária dos serviços dessas instituições.

O autor Oliveira cita que,

O estágio, como espaço de aprendizagem profissional, significa o momento de apreensão da realidade profissional em seus aspectos difusos, tensos, contraditórios, os quais possam favorecer a relação na dimensão da prática profissional e na prática social dos sujeitos (OLIVEIRA, 2003, p.50).

É nesse momento que a atividade de estágio propicia o **contato direto com a população e a identificação das manifestações da questão social que permeiam as relações desses sujeitos**, conhecendo a atuação cotidiana do assistente social e suas estratégias de intervenção, apreendendo os conhecimentos teórico-metodológicos, ético-políticos, técnico-operacionais que orientam o exercício profissional, permitindo-os experimentar o trabalho profissional.

Através do contato com os sujeitos atendidos pelo Serviço Social que os estudantes, do ponto de vista ético-político, emanam o compromisso com os mesmos na perspectiva de efetivar os direitos consolidando uma ação competente através de “um conjunto de saberes e conhecimentos na realização dos direitos coletivos de uma sociedade” (LEWGOY, 2009, p.49).

Dada a natureza interventiva e investigativa da profissão, o estágio propicia ao estudante desenvolver habilidades, responsabilidades, compromisso, permitindo a construção da identidade profissional, pois se identifica com suas especificidades e a totalidade que a envolve no âmbito da dinâmica das relações sociais.

Segundo Oliveira (2003) exige uma ação reflexiva, crítica, alicerçada nos conhecimentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos do Serviço Social

conectada ao projeto ético-político que é intrínseco à formação profissional, neste caso, principalmente na experiência de estágio.

2. O ESPAÇO SÓCIO-OCUPACIONAL E SEUS SUJEITOS

2.1. Caracterização da ILPI

Durante o período de estágio, residiam 41 idosos na ILPI, de ambos os sexos, com idade igual ou superior a 60 anos, em situação de vulnerabilidade social, ou que sofreram maus tratos e negligência e/ou risco pessoal, alguns não têm família ou que a mesma por fatores adversos, não estavam prestando a assistência necessária ao idoso. Também, idosos independentes que desejaram ingressar na instituição, mesmo tendo condições financeiras, físicas e mentais, e que por outros motivos optaram em residir num lar coletivo, pois alguns idosos relataram que morar com os filhos, ou outros familiares, estaria privando-os de seus hábitos, da liberdade e vice-versa.

A instituição tinha uma estrutura de 20 quartos e 40 leitos, 25 banheiros. Há idosos de 60 anos a 93 anos, estes residentes dividiam os quartos em duplas sendo masculino separado do feminino, por não haver idosos casados. Quanto aos seus pertences eram identificados pelo seu nome, mantido organizado e limpo pela equipe de cuidadores.

Uma das questões que gerava discussões entre os idosos e a coordenação da ILPI, era relacionado a compartilhar em duplas o espaço dos quartos, havia os que não aceitavam dividir o espaço, pois a falta de mais quartos levava a situações de desconforto para alguns idosos em não concordavam em dividir este espaço, já alguns aceitavam por afinidades, outros concordavam em dividir o espaço com idosos que pouco se comunicavam devido problemas de saúde, então relatavam que não os incomodavam.

Outros idosos já não conseguiam descansar, dormir, se sentiam violados na sua privacidade, a equipe profissional precisava interferir em algumas situações para chegar num acordo, sensibilizando, explicando a situação do porquê dividir o espaço naquele momento, e procurar respeitar a privacidade do outro.

Quanto ao espaço institucional, havia 2 cozinhas, uma para a preparação das refeições diárias no preparo de 6 refeições; e outra cozinha para eventos. O refeitório era coletivo, havia idosos acamados, para estes, eram servidas as refeições em seu quarto pelos cuidadores.

Durante a permanência no campo de estágio, para conhecer os usuários desta, além das conversas, a aproximação em participar dos almoços, auxiliando no servir a refeição, pois ao chegar à instituição, passa pela recepção e encontra alguns idosos conversando ou ouvindo

música, outro momento de poder interagir perguntando como está seu dia. Estas rotinas não eram obrigações de estágio, porém, encontramos nelas possibilidades de convivência e fortalecimento de vínculos.

A área coberta era utilizada para atividades físicas e eventos. Nas duas salas de estar/TV, os idosos passavam uma parte da manhã e à tarde, na sala maior era realizado atividades de entretenimento com os voluntários e às vezes com a equipe profissional, na sala de oração chamada capela, era usada pelos idosos, independente da sua religião.

Como havia terapia ocupacional, foi criada a sala de terapia onde duas voluntárias ofereciam seu trabalho aos idosos e também aos funcionários da ILPI, a autora em conjunto com a coordenadora participou da criação deste ambiente para atender os idosos. Foi criado o ambiente de uma forma que proporciona conforto aos idosos e para o trabalho profissional, para melhor atendê-los.

A sala multiprofissional era ocupada pela enfermeira da instituição, e pelos prestadores de serviços. Estes eram compostos por uma equipe de profissionais como: médico geriatra, psicóloga, nutricionista e assistente social.

Acompanhamos e participamos em alguns atendimentos por estes profissionais como, por exemplo, com a enfermeira por esta dividir serviços burocráticos na sala de coordenação junto com a coordenadora e supervisora de campo da autora, esta estava constantemente ciente das demandas relacionadas à saúde dos idosos, pois eram discutidos em conjunto sobre como deveria proceder diante das ocorrências, em que momentos concordava ou discordava da forma que era procedido, mas com coerência a argumentação citada.

O mesmo ocorria com os demais profissionais como, da psicóloga atuar em demandas relacionadas aos idosos não quererem participar das atividades em grupos na instituição; com a nutricionista demanda relacionada aos idosos que não queriam seguir a dieta, e que poderia agravar a saúde, não querer fazer as refeições no refeitório com os demais idosos; com a assistente social as demandas relacionadas às famílias que não compareciam para visitas agendadas e fazendo o idoso demonstrar tristeza, frustração e muitas vezes querendo se isolar dos demais da ILPI. Em outras, os familiares que em situações de não cumprirem com as obrigações em atender as necessidades do seu familiar idoso, como exemplo de uma demanda que foi preciso acionar o Ministério Público porque o filho de uma idosa havia se comprometido em comprar mensalmente a medicação da mãe e já havia passado dois meses e não trouxe, neste período, várias vezes foi entrado em contato pelas profissionais, enfermeira, coordenadora, assistente social e também pela autora e a resposta do filho da idosa é que iria trazer, passando-se dois meses e a idosa fazia uso da medicação que foi providenciado pela

ILPI, e como não havia condições financeiras de dar continuidade a este suporte o Ministério Público ao ficar ciente da ocorrência, intimou a presença do filho da idosa em uma audiência em que foi resolvido no prazo de 48 horas, e este voltou a atender o seu comprometimento a sua mãe idosa.

Como estagiária participamos das reuniões com a equipe multiprofissional junto com a coordenadora e supervisora de campo. Estas reuniões eram realizadas na sala da coordenação, onde eram abordadas as demandas do cotidiano da ILPI relacionados aos idosos, equipe de profissionais, diretoria, e até da própria equipe multiprofissional que estava presente em reunião, e levando questões que a autora se pronunciava concordando e às vezes discordando com as questões abordadas, já que esta procurava estar presente o máximo possível no que estava ocorrendo em seu campo de estágio, seja observando, se informando e participando.

O trabalho da psicóloga, nutricionista, geriatra era realizado a cada quinze dias e no decorrer deste período do estágio da autora, em reunião com a diretoria e devido à grande quantidade de demandas na ILPI, estes profissionais passaram a atuar uma vez na semana. Havia um contrato como documento que estabelecia e firmava um acordo entre a instituição e os profissionais prestadores de serviço, que por meio deste contrato o profissional assumiria o compromisso de realizar a tarefa desejada em troca de uma remuneração pré-estabelecida.

Havia o ambulatório, que a equipe da saúde, preparava a medicação e atendimento aos idosos. Este ambiente era pequeno e oferecia poucas condições de trabalho à equipe de profissionais da saúde, e no decorrer do estágio em Serviço Social na área da gestão, em conjunto com os profissionais da saúde, coordenadora e diretoria da ILPI, estudaram e aprovaram a reforma de melhorias no espaço físico. Deste encaminhamento, sob a supervisão da autora, que através do seu ponto de vista para melhor atender as ocorrências relacionadas à saúde dos idosos, foram aprovadas e dado o aval por parte do financeiro para a realização da compra de alguns materiais necessários e a mão de obra ficou por conta do profissional que trabalhava na instituição na área de serviços gerais e que havia experiência em obras predial. Em alguns momentos também contribuimos nesta empreitada, com a pintura das paredes e organização do espaço físico.

A sala da coordenação era onde a coordenadora e supervisora de campo, além de ser seu espaço para o trabalho, também atendia os idosos, familiares, voluntários e pessoas que vinham visitar os idosos. Após com o tempo, percebeu que era preciso fazer uma sala para recepção na entrada da instituição, para poder direcionar para qual setor as pessoas seriam encaminhadas, na maioria das vezes coincide de ter várias pessoas juntas sendo atendidas, não havendo a devida atenção para cada caso. Nesta sala era dividida com a estagiária em Serviço

Social, e com alguns membros da diretoria que durante a semana vinham a ILPI para resolver assuntos relacionados a mesma, e mesmo havendo na ILPI uma sala para a equipe multiprofissionais que prestavam serviço a instituição nos dias de seu trabalho agendado, alguns destes não respeitavam o espaço da coordenação e acabam fazendo alguns dos seus trabalhos nesta sala da coordenação, aproveitando o tempo até mesmo para descontração.

Como alguns casos eram expostos nesta sala da coordenação, a mesma não tinha privacidade, e a autora discorda em relação a estes assuntos abordados onde muitos opinaram e que não lhes cabia esta função. A maior parte estava relacionada aos idosos ou aos funcionários da ILPI, havia pouca discricção por parte dos envolvidos naqueles momentos, gerando até mesmo constrangimentos.

Havia outra estagiária em Serviço Social que seu estágio era em menor período e sua graduação era EAD, os momentos que coincidia os horários do estágio com a autora, ambas debatiam sobre assuntos relacionados ao campo de estágio e um destes assuntos abordados eram em relação a comentários relatados na sala da coordenação pela equipe multiprofissional e alguns membros da diretoria que não mediam esforços em expor as situações, gerando às vezes discussões e contradições.

Em vários momentos, foi se apresentando discordâncias referente a atitudes que não condizem com o sigilo, privacidade, e até a falta de respeito ou atitudes brutas como havia presenciado uma vez por uma profissional da saúde para com um idoso, pois uma vez que a supervisora de campo havia dado desde o início a liberdade de expor suas opiniões, seu parecer diante de algo para juntas debater e discutir qual era o melhor caminho ou ação a ser tomada.

Havia um computador nesta sala, onde a coordenadora e demais pessoas usavam. A autora percebeu a necessidade de trazer da sua residência um computador, para que pudesse fazer suas atividades de estágio, e assim fez, pois, a instituição não tinha condições de oferecer este equipamento para estagiário, sendo que havia apenas um aparelho para os funcionários.

Na ILPI, havia um depósito que era a dispensa para guardar os alimentos e outra para guardar o material de limpeza e higiene, a maioria destes produtos era de doações arrecadadas através da captação de recursos pela coordenadora, e que diariamente chegavam variedades de doações através dos voluntários.

Muitos destes que faziam doações já conheciam a instituição, outros não, estes eram recepcionados pela coordenadora, ou se naquele momento não fosse possível, seria recepcionado por outro funcionário da instituição.

Os voluntários ao trazer as doações, perguntavam se poderia registrar a entrega da doação através da foto com os idosos, caso os idosos quisessem, alguns concordavam e até diziam que era muito importante à doação para eles, pois sabiam que para suprir as necessidades que a instituição sempre enfrentava, as doações eram bem vindas.

Para alguns voluntários a foto é ainda uma forma de registrar que a doação foi realizada, e para outros não havia necessidade deste ato.

As doações não eram contabilizadas quando a instituição recebia, mas com o decorrer do tempo, e como houve troca da diretoria na instituição, foi resolvido em conjunto que era preciso ser feito um controle de todas as doações, quaisquer que fosse, assim poder apresentar uma transparência para a fiscalização do cumprimento de tais obrigações legais como ao Ministério Público, à Vigilância Sanitária, ao Conselho de Direitos ou a outro ente indicado por lei (art. 52, do Estatuto do Idoso).

A partir deste acordo, começou a ser registrado em folhas de papel como planilha, as doações recebidas, o nome, contato do doador e data, caso quisesse se identificar. Diante desta organização relacionada às doações, foram feitos menos pedidos para fotografar as doações com os idosos, havendo mais privacidade destes. Em reunião da diretoria junto à coordenação citaram a possibilidade em formular um documento para o controle do recebimento da doação para que o financeiro da instituição tivesse este controle, e assim a coordenadora concordou que seria elaborado. Esta acabou se tornando uma atividade feita pela estagiária em Serviço Social e que passou a fazer parte dos documentos de registros de controle de doações da ILPI, onde qualquer membro da equipe de trabalhadores que recebia as doações tinha acesso ao registro.

Na ILPI, havia uma horta que foi criada por voluntários da comunidade, pessoas que residiam próximo da instituição e plantavam hortaliças, temperos, e outros para contribuir na alimentação para os idosos. Alguns idosos passaram a se interessar em cuidar da horta e tornou-se um hábito diário, cuidar desta.

Como a instituição estava passando por modificações tanto na administração, como no espaço físico, a supervisora relatou que estava trabalhando a um ano, e ao chegar na instituição, muito havia para ser feito como por exemplo achar estratégias para fazer melhorias na estrutura predial, pois a ILPI já existia a 25 anos, mas pouco havia mudado e necessitava de reformas. Assim, apesar dos desafios institucionais entendemos que seria um período de grande aprendizagem profissional, coerente com as expectativas do estágio.

2.2. A Gestão e o Projeto de Intervenção - PI

2.2.1 A Gestão

A ILPI é uma instituição que tem por objetivo prestar atendimento aos idosos em situação de vulnerabilidade social e também em situação de maus tratos, negligência e/ou risco pessoal, que não há familiares, ou estejam estes, passando por diversos fatores, como necessidades, seja financeira ou não, mas principalmente sem condições emocional e psicológica de poder dar assistência devida ao idoso.

Visa o acolhimento de ambos os sexos a partir da idade de 60 anos, sem preconceitos de origem, raça e sexo ou quaisquer outras formas de discriminação, com baixa vulnerabilidade social ou abandono familiar, procurando dar toda a assistência necessária para que o idoso tenha apoio social, intelectual e moral, preservando sua liberdade e integridade, visando a preservação da sua saúde física e mental conforme a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 conforme as legislações em vigor.

O fundador da ILPI hoje falecido deixou uma instituição filantrópica e que conta com contribuições voluntárias; voluntários e parcerias com empresas que estejam dispostos a contribuir para proporcionar melhores condições de vida aos idosos.

A instituição é administrada por uma diretoria eleita para exercer suas funções no período de dois anos e pela coordenação de gestão e planejamento.

A coordenação é feita por uma assistente social que foi contratada para desenvolver atividades no processo de gestão e planejamento institucional.

Conforme autora Trindade,

Tais atribuições profissionais colocam para os assistentes sociais a necessidade de elaborar procedimentos e de lidar com instrumentos que possuem um perfil diferenciado daqueles utilizados no relacionamento direto com os usuários. Por isso, categorizamos as ações e os procedimentos administrativo – organizacionais como aqueles relativos às ações de articulação intra e interinstitucionais e às ações de organização e gestão dos serviços, já que através delas os assistentes sociais atuam em patamares diferenciados daqueles relativos ao atendimento ao usuário. (TRINDADE, 1999.345 f Tese).

As ações da coordenadora era buscar parceiros para a instituição, captação de recursos financeiros e de recursos humanos, bem como buscar contatos com voluntários especializados em recreações, para realizar atividades com os idosos, e estas eram agendadas em calendário de atividades do mês; organizar reuniões quinzenais com a equipe de trabalho para avaliação e sugestão do trabalho realizado com o idoso e com a equipe multiprofissional; acompanhar a equipe profissional para direcionar as demandas desta formadas por: 2 cozinheiras ;1 auxiliar

de cozinha; 1 enfermeira; 1 médico geriátrico ; 1 nutricionista; 1 psicólogo ; 5 serviços gerais; 6 técnicas de enfermagem; 8 cuidadoras.

Uma função da coordenação era acompanhar os profissionais responsáveis pelos seus setores durante as atividades de rotina:

- Cozinha: preparo das refeições que são 6 refeições diárias;
- Lavação: processo de higienização de todas as roupas dos idosos, cama, mesa e banho;
- Higienização predial: limpeza de toda a estrutura física e espaço da instituição;
- Manutenção predial: reparos necessários no dia a dia, instalações hidráulicas, elétricas, manutenção da horta e jardim.

A coordenadora em conjunto com a equipe responsável da assistência à saúde dos idosos acompanhavam as atividades de rotina:

- Atendimento médico é quinzenal, de forma que todos os idosos possam passar em consulta e serem assistidos.
- Atendimento da enfermagem, a equipe composta com enfermeira e técnicas de enfermagem, é liderada pela enfermeira – responsável, garantindo 24 horas de atendimento. As técnicas de enfermagem, cuidadoras e cozinheiras trabalham por plantões, sendo 12/36h e as equipes trabalham turno diurno e noturno.
- Alimentação aos idosos que tem dificuldade para deglutição, a alimentação oferecida é pastosa e líquida. Para os demais idosos a alimentação é sólida de acordo com a orientação da nutricionista;
- Auxiliar na ingestão de alimentos para pacientes acamados diariamente;
- Avaliação mensal da saúde dos idosos;
- Controle de sinais vitais, conforme a orientação médica;
- Elaboração do Histórico de saúde dos idosos;
- Entrada e saída de medicação controlada semanal;
- Evolução da ficha médica dos idosos;
- Fornecimento de medicação aos idosos, conforme a prescrição médica;
- Realização de curativos e avaliação (duas vezes ao dia);
- Higiene oral e corporal - banho de leito/ou aspersão (chuveiro);
- Contato com a Unidade Básica de Saúde para o atendimento conforme o encaminhamento médico.

Havia uma equipe multiprofissional prestadora de serviços, contratados para atender os idosos da ILPI e funcionários quando necessário. A carga horária a ser cumprida era de 4h semanais.

- Médico geriátrico: consultar e acompanhar o tratamento médico, dar assistência em caso de emergência/urgência quando houver ocorrências;
- Psicólogo: estes atendimentos eram realizados aos sábados de cada mês, a sua função era:
 - Avaliação psicológica dos idosos residentes;
 - Avaliação do idoso para ingressar na instituição;
 - Auxiliar nos conflitos internos tanto de idosos, quanto funcionários;
 - Evolução de cada idoso, feito relatório;
 - Oficinas terapêuticas;
 - Atividades para os idosos (jogos cognitivos para idosos com afecção demencial ou com diagnóstico de demência já confirmado);
- Nutricionista: uma vez na semana, dar assistência a equipe profissional caso houvesse ocorrências diante ao quadro de saúde do idoso, sua função:
 - Orientar os idosos sobre a alimentação;
 - Elabora dietas individualizadas para os idosos que apresentam problemas de saúde ligados à alimentação, ex: a maioria dos idosos possuem diabetes.
 - Elabora cardápios semanais, supervisiona a cozinha e a preparação dos alimentos;
 - Acompanha e supervisiona orientando sobre produtos alimentícios, adquiridos e recebidos pela instituição, especialmente data de validade conforme as exigências das normas da Vigilância Sanitária.
 - Planejar cardápios de acordo as necessidades dos idosos, orientação médica;
 - Planeja, coordena e supervisiona o armazenamento dos alimentos;

Mas com o aumento de demandas tanto na área da gestão como no Serviço Social, foi preciso entrar em acordo com a diretoria da ILPI para que fossem direcionadas às demandas conforme a sua área profissional.

Ao iniciar o estágio na ILPI, percebia-se que a coordenadora estava sobrecarregada diante das suas funções na área da gestão, e com o passar do primeiro semestre de estágio por ter experiência em serviços burocráticos administrativos, a estagiária foi contribuindo em atividades que não lhe cabiam executar.

Estas funções eram como organizar documentações administrativas, elaborar documentos como ofícios para captação de recursos, conferência dos pontos facultativos dos funcionários, lista de materiais que faltavam dos setores da instituição como a cozinha, lavanderia, serviços gerais, e em contato com a enfermeira responsável pela equipe de saúde,

esta relacionava o que estava faltando para o atendimento dos idosos e era geralmente entrado em contato com os familiares e ou responsáveis pelo idoso ou caso não houvesse, era preciso captar estes produtos, mas a maior parte dos produtos provinha de doações.

Em nossa compreensão não havia um planejamento na área da gestão, e isto tornava o trabalho do dia a dia exaustivo, porque muitas das demandas chegavam e outras estavam em andamento conforme fosse a urgência, precisava parar para dar atenção a estas urgentes. Então no final do dia a impressão que muito ainda estava para ser feita para o próximo dia, e só com tempo de aproximadamente seis a oito meses é que começaram a serem organizadas as atividades realizadas na coordenação.

Foi a partir deste período que ao iniciar o estágio em 2019/1, sob a supervisão da coordenadora da instituição na área da gestão, foi identificada em conjunto a falta de instrumentos e técnicas de trabalho feitas em relação ao Serviço Social.

Neste período havia pouca atuação nesta área, apenas alguns documentos disponíveis e a profissional desta área prestava serviço a ILPI a cada quinze dias e pouco estava sendo possível realizar suas atividades por ter que agendar com os familiares dos idosos, quando estariam disponíveis, atender outras demandas que não eram solucionadas de imediato.

Apenas era feito o atendimento ao idoso, família e/ou responsável que procuravam a instituição, feito o agendamento para o acolhimento, entrevistas para o ingresso na instituição e o atendimento às pessoas encaminhadas do Fórum e da Secretaria de Assistência Social para prestação de serviços à comunidade nesta instituição.

Era preciso elaborar um plano de ação para dar continuidade nos trabalhos relacionados ao Serviço Social.

A partir deste plano a autora junto à coordenadora e assistente social deu-se o início ao relatório das atividades dos idosos realizados na ILPI e na comunidade como, por exemplo: eventos beneficentes; bingo, bazares, almoços e jantares, as atividades de lazer com passeios em teatros, circo, praias, pontos turísticos na grande Florianópolis.

Contato com os familiares dos idosos buscando fortalecer o vínculo familiar (frequência de visitas destes a instituição);

Estudo Social e acompanhamento social dos idosos, que desde 2010, o Ministério Público havia autuado a instituição para que fossem enviados documentos para colaborar no desenvolvimento de expertise institucional para a fiscalização extrajudicial e processual pelo Ministério Público das unidades de acolhimento institucional de idosos, propondo uma organização de tipologia de itens fiscalizados, aproximando a atuação ministerial dos escopos

previstos na Constituição da República e na legislação temática. Mas a Coordenação anterior não encaminhou ao Ministério Público.

Diante desta situação, em reunião da Coordenação junto com os conselheiros da ILPI, foi acordado legalizar todos os procedimentos, como os estudos sociais e levantamento de documentos referentes aos idosos para o funcionamento da ILPI.

Assim foram realizados os estudos sociais de todos os idosos, providenciado os documentos necessários para encaminhar e com outros responsáveis técnicos da ILPI.

O prazo estipulado pelo Ministério Público foi curto, pois para realizar os estudos sociais, foi preciso entrar em contato com familiares e/ou responsáveis dos idosos, e com os idosos aptos a fazer a abordagem, entrevistando-os para relatar a vivência do idoso desde o momento que início sua vinda para a instituição.

Para a estagiária foi uma experiência muito importante e ao mesmo tempo desafiadora por não ter ainda a praticidade de fazer uma abordagem, entrevista e transcrever os relatos da vida dos idosos.

Apesar de ter realizado a entrevista com alguns familiares para o questionário para a construção dos documentos como: Acolhimento ao Idoso, Cadastro do Idoso e o Plano Individual ao Atendimento - PIA, conforme o projeto de intervenção da autora realizada na ILPI, a realização dos estudos sociais, foram mais além, foi entrado em contato com os familiares dos idosos através do contato telefônico, agendando a data e horário e explicado o motivo, pois seria feito um atendimento que abordaria assuntos com mais profundidade relacionado ao idoso sobre a vivência deste antes da institucionalização e até o momento em que se encontrava na ILPI. Após, seria realizado um Estudo Social e encaminhado ao Ministério Público conforme foi solicitado.

Conforme CFESS,

O Estudo Social é um processo metodológico específico do Serviço Social, que tem por finalidade conhecer com profundidade, e de forma crítica, uma determinada situação ou expressão da questão social objeto da intervenção profissional – especialmente nos seus aspectos socioeconômicos, familiares e culturais (CFESS, 2003, p. 29).

Para dar início ao Estudo Social, foi preciso fazer uma pesquisa sobre quem era o idoso, a estrutura familiar, alguns dados que a assistente social e coordenadora da instituição pode informar, pois já havia feito o trabalho de acolhimento em alguns momentos que se fez necessário. Mais informações seriam coletadas no decorrer da narrativa do familiar, procurando ouvir e assimilar os relatos, para que a finalização do documento trouxesse mais

elementos que poderiam trazer aspectos relevantes para as mudanças e melhorias que seriam buscadas para o idoso.

O profissional que desempenha a função de administrador como a coordenadora e a responsável pela equipe de enfermagem e cuidadores, podem se deparar com dificuldades para manter uma equipe com recursos humanos suficientes para atender às necessidades dos idosos, associada à necessidade de ter que cumprir com a legislação.

O trabalho de uma equipe na instituição, de acordo com os profissionais que a compõem, revela em seu cotidiano situações das mais diversas ordens que, vistas como uma problemática requer ações conjuntas que constituem desafios. Estes vão desde a gestão do serviço, das políticas sociais, atendimento ao regulamento técnico da instituição, até o fato de conviver e mediar conflitos.

No que se refere a questões do gerenciamento do serviço e relações interprofissionais, o diálogo entre os membros da equipe multiprofissional, é buscar consenso de ideias e esclarecimentos, já que a instituição necessita de entrosamento entre a equipe de trabalho, seria uma forma coerente de minimizar conflitos. Esses desafios podem ser superados, em uma perspectiva futura positiva, a partir de um trabalho multidisciplinar que fomos acompanhando ao longo do estágio.

Uma maneira de reduzir essa sobrecarga, diante dos recursos disponíveis na instituição, é por meio da participação de estagiários e voluntários com conhecimento na área. Além dos estagiários, também poderia haver a participação de voluntários da área da saúde.

Conforme a autora Míoto:

O como fazer das ações está diretamente relacionado à escolha do paradigma, implicando o reconhecimento, em dado período histórico, da sua validade argumentativa e a sua capacidade de responder concretamente às questões colocadas pela realidade. É através da clareza na compreensão e proposição do como se constrói uma intervenção profissional menos improvisada e mais legítima teoricamente, via que permite demonstrar coerência pela qual é possível resgatar valores e realizar mudanças. (MIOTO, 2006, p. 214).

Estes dizeres expressam as abordagens, as técnicas que podem ser usadas para realizar nestas questões apresentadas pelos profissionais no cotidiano do trabalho na instituição, e ao mesmo tempo é um desafio para o coordenador e/ou responsável pela equipe, alcançar o objetivo e ter resultados das ações profissionais.

Devido às demandas apresentadas no cotidiano da instituição, a situação financeira está presente o tempo todo, pois é preciso manter a instituição em funcionamento 24h.

O planejamento institucional era fundamental para gerenciar as políticas e serviços, pois este estava interligado às políticas sociais, programas, onde o planejamento profissional era essencial para sistematizar e racionalizar as ações profissionais.

No primeiro semestre de estágio, houve muita dificuldade em saber de que forma era administrado e executado o trabalho na área da gestão, além da falta de experiência da estagiária, não havia um planejamento relacionado ao trabalho que seria executado no próximo dia, e isto levou tempo para que fosse colocado em prática.

Esta dificuldade, também foi percebida em outros setores como na cozinha, lavanderia, serviços gerais, pois não havia planejamento e organização nas atividades diárias deixando muitas vezes a desejar e gerando discordâncias entre os profissionais e estas reclamações chegavam à coordenação onde precisou realizar várias reuniões com a equipe profissional para criar condições nas realizações dos trabalhos diários da ILPI.

Conforme Miotto (2006) os assistentes sociais desenvolvem cargos gerenciais e administrativos, no âmbito de políticas sociais de instituições privadas no caso desta instituição, como na gestão e no planejamento do setor de Serviço Social, que envolve a organização de seu “fazer profissional”.

Percebe-se que o na execução dos cargos de Coordenadora e assistente social, é muito importante saber exercer suas funções no momento que for solicitado, seja administrativo, gestão, ou no momento de intervir quando necessário para o atendimento ao idoso (a) que necessitar, fazendo uso das três dimensões referente ao Serviço Social, a teórica, ética e a técnica na ação profissional.

2.2.2 O Projeto de Intervenção – PI

Foi feito um levantamento de dados dos documentos dos idosos, pois no primeiro semestre de estágio obrigatório I, é planejado conjuntamente com supervisora acadêmica, de campo e estagiário, as atividades inerentes ao estágio, garantindo o cronograma de supervisão sistemática, elaboração do plano de estágio tendo como objetivo desenvolver a observação participante, introdução e domínio dos instrumentais, conhecendo a organização institucional, em geral: serviços, programas, projetos, ações em particular: a organização do setor de Serviço Social, seus processos de trabalho e atuação da equipe técnica junto à realidade das demandas sociais.

Sendo assim foi possível identificar que a instituição tinha 27 anos, e que já passaram 297 idosos pela instituição contando com os 41 idosos que residiam no momento.

Ao procurar tais documentos, pouco se encontrou, constava um livro de registros com dados como: número do registro; nome completo; idade, naturalidade e a pessoa responsável pelo idoso. Havia uma folha A4 com outros dados pessoais do idoso como: qual a comorbidade; qual era sua alimentação; se era capaz de se locomover ou não; se usava fraldas; e qual medicação tomava.

Aos poucos, foi sendo percebido o quanto tudo é frágil e incipiente neste campo, e que não havia informações mais aprofundadas sobre os idosos, como por exemplo: dados pessoais se havia contatos com seus familiares; suas preferências; sua situação financeira como era administrada; quais suas necessidades durante a permanência na instituição; como se dava quanto ao convívio com outros idosos; a sua realidade antes e durante a institucionalização.

Diante do plano de ação elaborado para o Estágio Supervisionado II em Serviço Social, a construção do Projeto de Intervenção (PI) (Apêndice 01) se constitui numa proposta de ação interventiva diante da realidade social construída através das demandas identificadas no espaço de atuação profissional, tendo a oportunidade de articular com o referencial teórico que embasa o projeto profissional, que vem de encontro com a identificação das perspectivas históricas e sociais dos sujeitos envolvidos no processo.

O PI tinha como Objetivo Geral: Criar os instrumentos de Serviço Social, para que o assistente social como principal mediador do desenvolvimento na prática da profissão pudesse trabalhar quando as demandas chegassem, pois estes instrumentos estão vinculados ao trabalho, e a necessidade de que são utilizados para buscar construir mediações da prática profissional no que corresponde às respostas às demandas apresentadas.

Com estes objetivos definidos, foi possível construir os instrumentos do Serviço Social para as assistentes sociais poderem criar estratégias de intervenção, possibilitando assim ter uma real dimensão das diversas possibilidades de intervenção.

O que define quais instrumentos e técnicas serão utilizados na intervenção são os objetivos profissionais, ou seja, o ato de agir que requer planejamento para a execução da ação profissional. É no momento da execução que a metodologia a ser aplicada é construída, onde o profissional deve se questionar do “porquê”, “para quê” e “como” determinado instrumento deve ser utilizado.

Guerra (2004) resume, em poucas palavras, o sentido dessa reflexão:

A clara definição do ‘Para quê’ da profissão, possível desde que iluminada por uma racionalidade (como forma de ser e pensar) que seja dialética e crítica, conectada à capacidade de responder eficazmente às demandas sociais, se constituirão na condição necessária, talvez não suficiente, à manutenção da profissão. Aqui se coloca a necessidade de dominar um repertório de técnicas, legada do desenvolvimento das ciências sociais, fruto das pesquisas e do avanço tecnológico e patrimônio das

profissões sociais (e não exclusividade de uma categoria profissional), mas também um conjunto de estratégias e táticas desenvolvidas, criadas e recriadas no processo histórico, no movimento da realidade (GUERRA: 2004; p.115-6).

Identificar quais os instrumentos de Serviço Social são inseridos na sua atuação na Instituição de Longa Permanência para Idosos, procurou responder às necessidades referente às demandas identificadas.

Como, por exemplo, instrumentos diretos que proporcionam uma interação face a face, ou seja, por meio da linguagem gestual, pelo diálogo ou pela entonação.

Neste caso, a autora optou pelo uso do instrumento "Entrevista". Instrumento que permite realizar uma escuta qualificada, a entrevista por meio do processo de diálogo, visa estabelecer uma relação com o usuário, com objetivo de conhecer e intervir em sua realidade social, econômica, cultural e política. Pode ser individual ou grupal.

Podendo assim afirmar que a entrevista teve dois objetivos em que promoveu o conhecimento da realidade dos idosos e realizou a construção dos documentos necessários para a garantia de direitos.

Houve um planejamento da ação a ser executada, onde foi levada em consideração a formulação conjunta de questões subjetivas e objetivas, o registro das respostas e foi preciso ter um pouco de conhecimento prévio do campo.

O planejamento se fez necessário para que não viesse ocorrer imprevistos ou esquecimentos de aspectos importantes por parte da autora, muito menos a retenção de dados importantes e que o idoso não seja influenciado pela autora quanto às respostas.

Foi de suma importância que os objetivos institucionais e as necessidades dos idosos fossem relevantes para decidir qual a melhor modalidade de entrevista foi escolhida e a individual prevaleceu porque cada idoso iria relatar seus problemas, suas preferências, e relacionado à sua privacidade.

Quanto ao espaço físico adequado foi importante para a entrevista, permitindo assim uma exposição clara dos objetivos da entrevista, a comunicação entre a autora e o idoso e a manutenção do sigilo.

Para criar um fluxo de acolhimento com os instrumentais se fez necessário estudar quais instrumentos seriam usados pelo Serviço Social.

Neste período de estágio supervisionado II, elaborou-se o fluxo do Serviço Social – os instrumentos de acolhimento.

Conforme a autora Yolanda Guerra

A instrumentalidade do Serviço Social se constitui no alcance de possibilitar o atendimento das demandas e alcançar o seu objeto de trabalho. Constitui-se em uma condição de efetivar o trabalho profissional. É importante que o Assistente Social conheça a política de saúde tenha entendimento da finalidade das ações que são desenvolvidas no cotidiano, pois os processos de trabalhos são “compreendidos como um conjunto de atividades prático-reflexivas voltadas para o alcance de finalidades, as quais dependem da existência, da adequação e da criação dos meios e das condições objetivas e subjetivas” (GUERRA, 2007, p. 03).

Durante o acolhimento foi importante porque o idoso pode expor seus problemas, além de contar com uma escuta ativa.

Conforme Sarmento (1994) relata, quando o assistente social entra em contato com os usuários, ele estabelece uma relação, a qual é sempre consequência das relações sociais de produção. Este relacionamento irá reconstruir uma mediação no âmbito das relações sociais concretas.

Quanto a entrevista Sarmento (1994) afirma, que “[...] a entrevista é um ato de conhecer. Numa perspectiva crítico dialética dá-se através do diálogo, daí não podemos aceitar, analisá-la na perspectiva da diretividade e não-diretividade [...], mas, sob a lógica da transformação”.

Para fazer a entrevista era preciso pesquisar, pensar quais dados era necessário saber e ter, definir objetivos, para melhor elaborar as perguntas a serem feitas aos idosos, e como também fazer o registro desta pesquisa.

Não foi fácil a construção desta elaboração, pois foi preciso pensar na questão de como seria, era preciso se colocar no lugar do outro, ou seja, se uma idosa que veio a residir na instituição, quais seriam as suas necessidades, preferências, como gostaria de ser atendida, como gostaria que fosse o tratamento diário em relação aos profissionais e aos outros idosos, como gostaria que a ILPI acolhesse as suas necessidades sendo que a instituição passaria a ser seu lar!

Caso fosse morar em uma instituição, queria que as minhas necessidades, e tudo o que gostasse fosse atendido; como já observava que havia demandas que não eram atendidas por vários motivos, seja pela falta de recursos, por vezes pouca atenção por parte dos profissionais e da instituição, então era preciso fazer algo para melhorar a permanência dos idosos enquanto ali residiam.

Uma das situações comuns do cotidiano era, por exemplo, idosos que não gostavam de algum alimento, mas como havia na refeição para todos os idosos, então era servido para todos iguais. E isto foi uma das questões refletidas, e que ao elaborar as perguntas para a entrevista, pensou-se, se o idoso não gosta de algum alimento que está sendo servido para

outro, por que teria que comer também? Por que não saber, ouvir quais as suas preferências alimentares, para então a profissional nutricionista junto com a equipe da cozinha elaborar um cardápio que possa então a profissional nutricionista planejar as refeições dos idosos em que irá contribuir para a manutenção de uma rotina alimentar adequada e saudável. São questões difíceis de lidar e responder profissionalmente envolvem desejos, expectativas, necessidades e condições objetivas para responder, o que nem sempre é possível.

Outro exemplo, em relação aos hobbies dos idosos, alguns tinham preferência por um gosto musical, outros por outro, então quando era colocada música na sala de convivência, para terem momentos de lazer, nem todos idosos gostavam de ouvir tais músicas, ou que o som estivessem alto, os profissionais precisam saber que havia idosos que aprovavam e gostariam de escutar e outros não, ficando atentos aos sinais que muitas vezes não eram ditos, mas que precisavam ser compreendidos e atendidos. E muitas outras questões que foram estudadas, percebendo que não eram difíceis de serem atendidas e colocadas em práticas para melhor qualidade de vida dos idosos.

Ao escutar os relatos durante as entrevistas, notou-se uma necessidade de ter a presença de profissionais como assistente social e até da psicóloga para realizar trabalhos de escuta para esses idosos. Alguns idosos não tinham condições psíquicas e/ou emocionais de responderem como já foi citado.

O tempo de cada entrevista foi relativamente demorado porque pelo tanto de perguntas que foram feitas com apenas alguns minutos os idosos poderiam respondê-las. E isso não aconteceu. Pois, a cada pergunta os idosos começavam a contar fatos da sua vida, dar suas opiniões sobre diversos assuntos que alguns eram e outros nem eram perguntados.

Foram observados e entrevistados 41 idosos com idade 60 anos (sessenta anos) até 93 (noventa e três anos) de idade. Idosos de ambos os sexos, sendo em sua maioria do sexo feminino.

Abordou-se os idosos informando sobre a pesquisa e os seus objetivos. Depois se indagou se eles queriam participar respondendo a algumas perguntas e assinando o Termo de Livre Consentimento informado. Porém, deve-se ressaltar aqui que muitos não eram alfabetizados, portanto, não sabiam ler e escrever e então somente faziam alguma rubrica para simbolizar a assinatura de que estavam cientes da pesquisa.

Dentre os que tinham condições de responder foi difícil encontrar quem o queria fazer. Mas conseguiu-se entrevistar dos 41 idosos, o número de 32 idosos previstos, para que a pesquisa fosse validada em termos de número de participantes e o restante foi respondido por

09 famílias e/ou responsáveis, pois nem todos idosos tinham condições mentais, sociais e/ou psicológicas de responderem os questionários.

Conforme gráfico - Idosos na ILPI abaixo;



Gráfico 2 – Elaboração própria da autora. 2021

Foi utilizado como instrumento da pesquisa um questionário com questões abertas que está dentro do PI (Apêndice 01). O mesmo foi elaborado pela autora e aplicado aos participantes que se dispuseram a responder às questões propostas. Com isto, foi possível identificar que existem idosos que estão na ILPI há muitos anos.

O idoso entrevistado que mora há 20 anos na instituição, pouco conversa com outras pessoas na ILPI. Mas na entrevista relata que conviveu com as mudanças no decorrer do tempo, como por exemplo, a troca de administradores a cada dois anos; funcionários que foram contratados e ressarcidos; idosos que chegaram para residir; outros que faleceram; as mudanças de melhorias na estrutura física da instituição e quanto houve progresso no bem estar para os idosos, “apesar de muito ainda precisa ser feito”, conforme as palavras do entrevistado.

Alguns funcionários ao ver que o idoso participou da entrevista, comentaram que este idoso, chegou à instituição com diagnóstico de esquizofrenia⁴, que ao passar a residir na ILPI, o idoso ficou muito amigo do fundador da ILPI, gostava de ficar próximo, fazer atividades, manutenção juntos pela instituição como no jardim, na lavanderia, este se sentia seguro, tinha confiança, já que devido a sua doença, pouco se comunicava com as outras pessoas que ali conviviam, mas tinha um relacionamento amoroso com uma idosa.

Quando o fundador da ILPI faleceu, este idoso mudou totalmente seu comportamento, terminou seu relacionamento amoroso, não quis mais participar das atividades, e se isolou

⁴ A causa exata da esquizofrenia não é conhecida, mas uma combinação de fatores, como genética, ambiente, estrutura e química cerebrais alteradas, pode influenciar. A esquizofrenia é caracterizada por pensamentos ou experiências que parecem não ter contato com a realidade, fala ou comportamento desorganizado e participação reduzida nas atividades cotidianas. Dificuldade de concentração e memória também são sintomas.

<https://www.einstein.br/especialidades/psiquiatria> - acesso em 24 de jun.2021.

cada vez mais das pessoas que residiam na ILPI, apenas ia no domingo almoçar com seu irmão na casa deste, mas logo retornava para a instituição, procurando ficar em isolamento. Percebia-se que pouco se comunicava, mas muito sabia do que ocorria ao seu redor, pois era observador e atento às ocorrências diárias da ILPI.

Quando a autora perguntava o motivo de estarem morando na instituição, ou como chegaram ali, relatavam que, os familiares os trouxeram, ou ainda foram encaminhados pela assistência social, pois estavam sozinhos, por problemas psiquiátricos e até por se encontravam em situações de vulnerabilidade e violência.

Aos idosos foi perguntado se sentiam sozinhos, muitos responderam que não, pois havia sempre pessoas por perto, como os companheiros idosos e até os funcionários do “lar”.

Quanto à frequência de visita que os idosos recebem constatou-se que a maioria não recebe visita há anos, mas que está sempre à espera desta.

Com relação a como se sentiam convivendo na instituição, aproximadamente 75% dos entrevistados responderam que se sentem bem porque ali têm os amigos, no caso os outros idosos, e também os funcionários que cuidam deles. Os outros 25% dos idosos responderam que não se sentem bem, pois ali não têm amigos.

Ao comentar com a supervisora de campo sobre as entrevistas foi identificada que era necessário fazer contato com os familiares para responder o questionário, principalmente sobre os idosos que não tinham condições de se expressar. E assim se fez, através do contato telefônico, foi explicado ao familiar e/ou responsável pelo idoso sobre o questionário.

Os motivos que levaram os idosos àquele lugar variam muito, alguns nem sabem por quê ao certo estão ali. Outros contam que familiares os trouxeram, através da assistência social, o fato de serem moradores de rua, entre outras situações, como até mesmo serem levados por promotores de justiça (estavam presos e depois, quando eram velhos o bastante, foram levados para a instituição).

2.3. Projetos e Atividades Institucionais

Durante o período de estágio, realizou-se uma atividade de socialização com 11 dos idosos da ILPI, aptos a participar de atividades cognitivas, e de socialização. O objetivo era interagir com outros idosos da comunidade que também realizavam esta atividade no CRAS do bairro.

Este projeto de socializar os idosos da instituição com outros idosos do bairro em outro espaço sem ser na ILPI, não estava no projeto de intervenção, mas foi realizada esta atividade em que a supervisora de campo incumbiu- a de fazer, entre outras.

Foi a partir de uma reunião com a coordenação e a equipe de funcionários, onde houve relatos de que se percebia que estava havendo desmotivação dos idosos quando estava sendo realizadas as atividades recreativas, uma vez que eram realizadas na ILPI e vinham participar voluntários, idosos de outras instituições, pessoas conhecidas da comunidade e os idosos do Lar, não estavam indo participar de outras atividades em outros locais.

Foi acordado que a coordenação procuraria uma instituição, ou rede pública que estivesse disposta a receber os idosos e realizar uma programação de atividades onde os idosos da ILPI participassem em conjunto com os demais da comunidade.

O primeiro contato feito pela coordenadora em conjunto com a autora, foi com a equipe da Unidade Básica da Saúde da mesma localidade, a responsável pela rede pública, indicou o Centro de Referência de Assistência Social- CRAS próximo ao bairro que faz encontros semanais com alguns idosos do bairro, e que haveria possibilidade de reunir os idosos neste mesmo dia para interagir e participar destas atividades.

Assim foi possível realizar este encontro, foi feito contato com o assistente social do CRAS, agendado a data e o CRAS também disponibilizou transporte para os idosos além do transporte da ILPI e durante a tarde de atividades foi oferecido um café para os idosos que estavam presentes nesta socialização.

Participaram 11 idosos da instituição, sob a minha coordenação e de uma técnica de enfermagem, os idosos participaram de várias atividades, rodas de conversas com nutricionistas, assuntos abordando sobre alimentação, prevenção relacionadas à saúde.

Percebeu-se o quanto foi importante estar interligado com as outras redes de apoio na comunidade, porque houve uma troca de experiências e de serviços que são ofertados para os usuários, e que podem ter acesso para atender as demandas, além de interagir com as outras pessoas.

No conjunto destes projetos e atividades em desenvolvimento na ILPI, havia preocupação com a participação social e cidadania. Nesta direção, a coordenação na área da gestão procurava **planejar e elaborar material publicitário e campanhas**⁵, conforme necessidade dos idosos e a sustentabilidade financeira para o bom funcionamento da instituição; planejava ação social em parceria a voluntários, grupos sociais, empresas; Diariamente garantia acesso aos idosos previstos por lei: identificação civil; saúde; educação, lazer, alimentação saudável, segurança, como idoso é morador do Lar, ele tem o direito de sair da instituição para passear com familiares, amigos desde que este tenha condições físicas,

⁵ Grifos da autora para salientar os projetos e ações realizadas.

psíquicas, autonomia ou sob um responsável, e sempre avisando e deixando registrada sua saída e quando retornava a instituição.

A coordenadora colabora junto a outros membros da Diretoria, no **planejamento e organização de eventos beneficentes**; planejava festas e coordenava para proporcionar maior integração entre os idosos, do idoso com a família e comunidade, a fim de estabelecer/restabelecer vínculos familiares e/ou sociais.

Em reunião com a coordenação e a equipe multiprofissional da ILPI foi criada a campanha "ADOTE UM AMIGO (A)"! O objetivo desta campanha: "Era que as pessoas façam amizade com os idosos, tenham um tempo para se dedicar a estas pessoas institucionalizadas". Criar uma amizade com o comprometimento de promover um momento de leitura, conversas, jogar um dominó, xadrez, companhia e carinho. Escutar histórias e vivências que tanto eles têm para contar. Agora com a chegada do outono/inverno essas ações diminuem bastante: os dias mais frios, nublados e chuvosos, acabam tornando os dias muito nostálgicos e eles se sentem muito sós. Eles precisam sentir que existe e contam com a gente.

Para poder fazer parte desta campanha, a pessoa entrava em contato com a Coordenação, era passada a informação do objetivo da campanha e agendado um horário para entrevista, para conhecer o perfil da pessoa e explicar o quanto é importante para o idoso esta aproximação, quais os benefícios, e que a pessoa interessada tenha a responsabilidade, o compromisso de estar trazendo momentos de companheirismo e alegria para o idoso.

A autora junto com a coordenadora da instituição organizou um mural na sala da recepção com fotos de alguns idosos segurando um cartaz com os dizeres "adota um amigo", assim foi postado nas redes sociais para divulgação da campanha. Os idosos participaram da campanha assim que foi explicado qual era o objetivo da campanha.

As pessoas interessadas pela campanha ao visualizarem nas redes sociais da ILPI, logo entraram em contato com a coordenação, em seguida foi agendado um horário para conversar com a coordenadora e a autora, para assim poder explicar mais detalhado qual era o objetivo desta campanha e ver em qual perfil dos idosos se encaixaria com os interessados.

Foi realizada uma reunião na semana anterior, onde foi decidido o planejamento para comemorar o Dia do Idoso. A supervisora passou a atividade de elaboração do plano de atividades para a autora estagiária em Serviço Social, onde a mesma seria responsável pela elaboração até a execução com sua supervisão.

Nesse momento, na condição de estagiária sentiu-se desafiada, e ao mesmo tempo, se sentindo cobrada em fazer a atividade, pois muitas vezes são colocadas perspectivas ao estagiário para dar conta das atividades que lhe são propostas, mesmo assim, dúvidas e

inseguranças são sentidas, porque este está sendo avaliado e precisa ser realizada para aprovação.

Elaborado o plano, e durante a semana feito os contatos com voluntários, contribuintes para que nesta data seja realizado atividades junto ao Conselho Municipal do Idoso, CRAS e a Ação social da Igreja Católica do município onde será oferecido na ILPI um café colonial para seus 41 idosos e mais a participação de 20 idosos destas redes acionadas para participar.

Foi feito contato com voluntários que trabalham no comércio, para presentes a serem doados para os idosos; decoração de festas para decorar o espaço para o evento, e alimentos para a realização do café colonial e o convite a grupos de danças, alunos de escolas para apresentação de teatro, e voluntários para dia da beleza como corte de cabelo, maquiagem e pessoas para palestrar assuntos relacionados aos idosos.

Com esta programação, foi decidido em reunião que haveria muitas atividades para apenas um dia, então se estendeu para a semana, assim dividindo as atividades.

Foi comemorado o Dia do Idoso, durante a semana do dia 01 de outubro ao dia 04 de outubro de 2019. Foi uma semana intensa de atividades e com resultados positivos em relação ao plano executado. Um desafio grande, pois várias pessoas estavam envolvidas nesta comemoração, e o sentimento é que não pode ter falhas, pois há um planejamento e precisa ser cumprido.

Este evento foi comemorado com os idosos da ILPI, idosos convidados da comunidade, voluntários, funcionários, diretoria da mesma.

Com este planejamento de ação, e execução, foi possível a participação das outras redes que em reunião no Conselho Municipal do Idoso participaram na construção do evento; participação dos idosos de suas instituições onde todos numa integralidade puderam estreitar um vínculo de socialização e dar sequência para outras atividades e eventos.

3. A FAMÍLIA E A SAÚDE DO IDOSO

3.1 A Família e o Idoso

O dia a dia do idoso residente em ILPI está muito atrelado ao planejamento e organização institucional, bem como às oportunidades que extrapolam os cuidados mínimos requisitados de alimentação, vestuário, atendimento médico, etc.

Durante o estágio na ILPI teve-se a oportunidade de observar as dificuldades na manutenção da proximidade do idoso com a sua família e o desejo por parte do idoso de não

estar ali. Alguns idosos gostariam de ter seus familiares próximos, outros idosos, no entanto, não mostraram tal desejo e referiram sentir-se bem na ILPI.

A maior parte dos idosos a renda socioeconômica era baixa, a maior parte dos familiares não tinha condições de cuidar e prestar os devidos cuidados relacionados à saúde, 90% referiam possuir problemas de saúde, entretanto, a maioria (60%) declarava-se sentir fisicamente bem.

Os idosos da instituição em questão eram bem cuidados, mas estavam sempre na espera por visitas, o que se tornava para alguns uma expectativa frustrada.

O motivo mais frequente para a institucionalização foi a dependência física (40%), e os filhos (60%) foram os responsáveis pela institucionalização. A metade dos idosos possui de 1 a 3 filhos. A maioria (80%) das visitas não era realizada pelos filhos, e as que haviam ocorriam, em grande parte quinzenalmente.

Todos idosos gostavam de receber visitas, pois durante as conversas no cotidiano com os idosos perguntava aos idosos o motivo(s) pelo(s) qual (is) gostavam de recebê-las, prevalecia à necessidade da conversa com alguém, pode se dizer que (50%), outra razão expressava que nas visitas recebiam “coisinhas” outros (30%) dos idosos.

Nestas conversas, por várias vezes debatia durante as supervisões de estágio com a supervisora de campo quanto em sala de aula com a supervisora acadêmica e demais colegas acadêmicos sobre algo que lhe chamava a atenção, o fato do vínculo de amizade entre os próprios idosos na instituição. Os idosos que compartilhavam o convívio estreitavam seus vínculos afetivos, este convívio entre eles fazia com que a ILPI era como um lugar agradável era preferível viver ali a viverem sozinhos.

Em algumas reuniões em que participava junto da coordenadora e supervisora de campo e a equipe de profissionais, um dos assuntos em pauta era o que poderia ser feito para melhorar, proporcionar satisfação, qualidade de vida em estar naquele ambiente.

Em sua pesquisa para o projeto de intervenção levantou uma questão para os idosos responder relacionado ao que estes gostariam que fosse feito para melhorar o ambiente, o trabalho dos profissionais, enfim a instituição em geral para melhor cuidados com eles.

A resposta durante a entrevista com os idosos era que enxergava a institucionalização de forma positiva em razão dos cuidados recebidos pelos profissionais, alguns se sentiam incentivados a ter novos projetos de vida como, por exemplo, um idoso, logo que iniciou o estágio da autora acompanhou a saída do idoso que residia na ILPI a mais de cinco anos e durante este tempo se preparou para sua vida independente indo morar em seu próprio imóvel que havia e tendo condições de ter uma vida social conforme relatos dos profissionais da

geriatria, psicologia e serviço social da assistência social do município, pois estes faziam o acompanhamento deste idoso desde que foi levado para ILPI, pois “era hippie” como relatava em suas histórias.

Este trabalho de estimular a boa autoestima para idosos que ainda têm condições de viver independente é fundamental para o término da sua velhice, poder gozar da sua saúde, ter suas próprias decisões.

Porém alguns idosos referiram-se de não gostar de estar na ILP e que gostariam de estarem em suas próprias casas ou com seus familiares, estas manifestações negativas dos idosos quanto à permanência em ILPI estavam associadas ao sentimento de solidão e ao abandono.

Havia um idoso em especial, que manifestava este tipo de desejo e era preciso estar em constante vigilância porque conforme relatos dos profissionais apontava risco de tentativas de suicídio, e mesmo a autora presenciou uma ocorrência em que foi socorrer este idoso para evitar um atentado a sua própria vida.

Segundo Casara et al (2005),

Abandono na velhice é um sentimento de tristeza e de solidão, provocado por circunstâncias relativas a perdas, as quais se refletem basicamente em deficiências funcionais do organismo e na fragilidade das relações afetivas e sociais, que por sua vez conduzem a um distanciamento, podendo culminar no isolamento social. Esta situação reflete a um afastamento natural, devido às circunstâncias, no relacionamento com o mundo. O idoso espera então que o grupo no qual está inserido, seja um facilitador na sua relação, para que assim possa se sentir seguro e voltar a não temer a solidão, ou ainda em outras palavras, não ficar tão angustiado com o medo da proximidade da morte. (CASARA et al, 2005, p.05).

Foi muito difícil conviver com idosos que demonstravam sentimentos de tristeza, quadros depressivos, e que os laços familiares distantes ou conflituosos, o abandono físico e afetivo e as dificuldades de adaptação à vida institucional estavam muito presentes.

3.2 A Saúde e o Idoso

Quando se iniciou o estágio na ILPI observava-se que o estado de saúde dos idosos não expressava muito ânimo durante o dia a dia, e quando era perguntado para estes como se sentiam respondiam que estavam com a saúde boa, já outros apontavam que tinham dor na coluna, sofreu acidente, bateu com a cabeça, quebrou a perna, braço, problemas de visão, um até mesmo disse que sofria de cirrose, e, muitas dores no corpo.

Os relatos dos profissionais que acompanhavam o quadro de saúde dos idosos explicavam que alguns idosos passavam por momentos de desânimo, baixa autoestima,

dificuldade de planejar o futuro, de se adaptar às mudanças rápidas, depressão, somatização, paranoias.

A coordenadora e assistente social da ILPI junto com a equipe multiprofissional como psicóloga, terapeuta, enfermeira, com a participação da estagiária em Serviço Social, equipe de cuidadores e técnicos da enfermagem, procuravam se reunir em roda de conversas a cada quinze dias para debater casos e situações que ocorriam no decorrer dos plantões da equipe da saúde para juntos rever as melhores condições de atendimento, acolhimento para cada caso relacionados ao cotidiano dos idosos, proporcionando melhores momentos de lazer, atividades como a prática de exercícios físicos como caminhadas, dança, passeio, exercícios de memória, alimentação balanceada e saudável, bons hábitos, participar de grupos, ter os cuidados necessários para cada problema.

Outra situação que muito era discutido com a equipe de saúde relacionado aos idosos era quanto às medicações, praticamente todos idosos faziam uso de medicamentos, como para as dores na coluna, remédios psiquiátricos, para pressão, fortalecedores, remédios para o diabetes, calmantes e alguns não tinham conhecimento para que usavam medicamentos apenas que o tomavam como os idosos acamados e que não tinham condições de compreender seu quadro de saúde.

Havia acompanhamento psicológico, para os idosos com Demência, Alzheimer, Parkinson, Esquizofrenia conforme era relatado no prontuário destes idosos, tinham o tratamento e acompanhamento necessário.

A rotina dos idosos na instituição muitas vezes era em não fazer nada, apenas conversar um pouco uns com os outros e dias sem atividades se caso não havia naquele dia alguma atividade planejada, seja pelos voluntários ou pelos funcionários da ILPI.

Muitas vezes tomava-se a iniciativa para criar atividades e em conjunto com a coordenadora e supervisora de estágio colocava-se em prática estas atividades para melhorar o cotidiano dos idosos, a participação dos idosos, com os funcionários tornavam horas de lazer, de conversas, integração uns com os outros.

Durante a supervisão de estágio faziam momentos de debates sobre as atividades realizadas, o quanto era perceptível positivamente esta integração no cotidiano dos idosos proporcionando momentos de motivações para a suas vidas.

Durante o estágio, uma experiência chamou atenção, acompanhou-se uma idosa da ILPI que foi hospitalizada em estado grave. O que levou a fazer o acompanhamento foi porque a idosa ficaria sozinha no hospital sem a presença de familiares e estes tão pouco se

interessaram em atender a idosa quando a coordenadora da ILPI entrou em contato avisando sobre o ocorrido.

Conforme o estado clínico da idosa, o médico avisou que a idosa ficaria internada no hospital sem previsão de alta, pois devido seus problemas de saúde e pela idade de 84 anos o estado de saúde estava se agravando.

Diante da situação, em um acordo com a coordenadora da ILPI foi feito revezamento de acompanhar a idosa enquanto hospitalizada pelo período de 6 dias por 24 horas, a autora ficava no horário noturno e a coordenadora durante o dia.

Por várias vezes foi contatada a família da idosa para sensibilizá-los sobre a situação em que se encontrava, pois conforme contatos com os profissionais do hospital pouco tempo de vida lhe restava, seu quadro clínico estava se agravando, mas mesmo assim a família não quis fazer contato com a idosa por motivos do passado relacionados convivência e histórico da família, que também precisam ser compreendidos.

Após o sexto dia internada no final da tarde, a idosa passou muito mal e junto a supervisora de campo, ambas ficaram acompanhando o quadro de saúde da idosa que se agravou e veio a óbito às 21h e 36min do dia 27 de julho de 2020.

Neste mesmo período, uma outra idosa residente da ILPI, também veio a óbito, estava com problemas de saúde, e sua morte foi súbita. O que também foi muito difícil de acompanhar institucional e profissionalmente.

Foi realizado o sepultamento de duas idosas no mesmo dia, foi entrado em contato com familiares, e agilidade em organizar o sepultamento e toda a documentação necessária para esta demanda, documentos para a instituição e familiares.

Após os óbitos que ocorreram na ILPI, foram realizados relatórios situacionais dos idosos que vieram a óbito, estes documentos foram encaminhados às redes como Secretaria da Saúde, Prefeitura Municipal do município e para o arquivo da própria instituição.

4. A SUPERVISÃO DE CAMPO

No Estágio Supervisionado I em Serviço Social, realizou-se o estágio em uma instituição onde se operacionaliza a política de assistência social ao idoso e que pela gama de atividades a serem realizadas permitia a estudante experimentar o trabalho profissional, algo que perpassa “a curiosidade” desta, em conhecer o trabalho da assistente social na atuação da profissão.

Oportunizou conhecer o funcionamento da instituição como seu campo de estágio. Este se desenvolveu através da elaboração do reconhecimento institucional, sendo que na

ocasião também foi possível relacionar o campo de estágio com as referências teóricas da profissão, podendo ter melhor visibilidade da importância desta dimensão de categorias que envolvem o Serviço Social e também através do acompanhamento das demandas atendidas pela coordenadora e assistente social que atuava na área da gestão.

Em relação à competência ético-política no decorrer do estágio supervisionado I, a autora procurou se aproximar na perspectiva de garantia de direitos, apropriação com os direitos dos idosos e com o funcionamento da ILPI. Analisou a vinculação da gestão aos direitos destes.

Quanto à competência teórico-metodológica a autora interessou-se em conhecer a política do idoso, os documentos institucionais, bem como identificar a ausência de alguns para criação do fluxo do Serviço Social – os instrumentos de acolhimento. Sendo assim aprofundou-se em estudar e pesquisar sobre o processo de articulação de conteúdo para proposta de intervenção.

A competência técnica-operativa a autora se fez apropriação para utilização dos instrumentos, inicialmente no âmbito do acolhimento e atendimentos aos usuários.

A supervisão de campo neste primeiro semestre foi realizada esporadicamente, principalmente durante o processo de ambientação.

Houve discussão com o supervisor de campo sobre conteúdo teórico metodológico e trabalhos produzidos no Curso referente ao campo de estágio. Diálogos sobre as principais discussões para dúvidas e questionamentos e o compromisso com a leitura do material recomendado pela supervisora de campo. Leitura de toda a legislação e documentação específica e textos referenciados pela supervisora acadêmica estudados em sala de aula.

Na supervisão de campo foram debatidos textos relacionados às atividades realizadas a partir da totalidade social, com percepção daquilo que fundamenta o modo de produção capitalista, ou seja, a contradição entre capital e trabalho, a luta de classes, a exploração do trabalhador, a precarização do trabalho.

No campo de estágio, além do atendimento às demandas apresentadas pelos idosos e seus desdobramentos, percebeu-se o excesso de demandas e escassez de recursos, dificultando o trabalho dos profissionais e principalmente na área da gestão em que a autora realizava sua experiência como estagiária.

As tentativas da gestão em resolver as demandas muitas vezes deixava a desejar, não havia organização na área administrativa quando a autora iniciou o estágio. O trabalho da coordenadora e supervisora da instituição era realizado conforme a demanda iria aparecendo, não havia um planejamento, tornando tudo mais difícil de ser realizado.

Houve momentos de discussão e debates durante as supervisões de campo realizadas, e a escuta da supervisora de campo favorecia seu aprendizado. Mas às vezes percebia-se que apenas era dado a demanda para ser executada como se fizesse parte do quadro de funcionários da ILPI, enfim como havia número reduzido de profissionais atuando na ILPI, a necessidade de ser feito o trabalho, caberia à estagiária fazer o trabalho como se fosse um profissional também da instituição. Nem sempre foi fácil vivenciar estas situações

A explicação também da supervisora era que como a autora demonstrava estar sempre ativa, disposta, e receptiva em seu campo de estágio, esta contava com a sua ajuda, agilidade e disponibilidade na execução das atividades que sozinha não havia condições de realizar.

Durante os semestres de estágio supervisionado, na medida em que a estagiária ganhava experiência, houve ações executadas pela estagiária como: captação de recursos para ILPI, recebimento de doações, serviços burocráticos relacionados à gestão, limpeza e organização no espaço físico da ILPI. Houve dias em que a coordenadora e supervisora de campo não estavam presentes, a estagiária acabou atendendo as demandas apresentadas neste período. Participou de reuniões da Diretoria da instituição, Conselho de Direitos no município, onde promoveu a realização do evento no Dia do Idoso (todos os recursos foram captados) auxiliou em outros eventos na parte da organização Bingo 2019, auxiliou na organização da festa natalina e junina 2019, Corrida Maluca - 2019 (evento realizado na comunidade para arrecadar recursos para a instituição), ida ao campo – CRAS – com os idosos para criar vínculo social com os idosos da comunidade, atendimento aos voluntários, doadores, familiares e/ou responsáveis pelos idosos, se deu início ao atendimento da empresa que implantou o projeto “Biodigestor” que recicla restos de alimentos para gerar gás e ser utilizado na cozinha da ILPI, após assumiu o projeto a supervisora de campo, a estagiária fez documentos como: relatório situacional, pareceres, estudos sociais, ofícios, plano de ação, limpeza e organização no ambulatório e coordenação da ILPI.

Falando um pouco sobre estes instrumentais, segundo SOUSA, C. T.

relatório situacional - É um documento específico do Assistente Social gerado após coleta de dados referentes a sua intervenção em determinada situação ou expressão da questão social. Sua finalidade pode ser utilizada para a elaboração de um laudo ou parecer social. **estudos sociais** - Instrumento específico do assistente social que tem por finalidade conhecer com profundidade e de forma crítica, determinada situação ou expressão da questão social, objeto de intervenção profissional nos aspectos socioeconômicos. O Estudo Social possibilita o acesso a determinados serviços, programas, e benefícios, bem como na efetivação de direitos ou subsidiar pareceres sociais. Têm a família como elemento central da análise que visa compreender os diversos vínculos e a estrutura das relações familiares vivenciadas pelos sujeitos, de modo a garantir a proteção de seus membros. **pareceres** - É a avaliação conclusiva, teórica e técnica realizada pelo assistente social, dos dados coletados após a finalização do estudo social. Além de conter o posicionamento do

profissional acerca da realidade social estudada, deve evidenciar os aspectos significativos para a viabilização de direitos sociais, fazendo referência aos elementos analíticos e aos instrumentos utilizados nas dimensões investigativa e interventiva. **ofícios** - O ofício é uma correspondência. Nela, são veiculadas ordens, solicitações ou informações com o objetivo de atender a formalidades e produzir efeitos jurídicos. Assim, o documento representa a comunicação oficial do remetente para o destinatário, pois usa do canal escolhido pela lei ou pelas partes para esse fim. (SOUSA, C. T.2008, p.14)

A estagiária planejou e executou a sala de descompressão para os funcionários da ILPI, planejamento, organização e execução do Brechó para a comunidade, (após um período foi cancelado devido ao isolamento social por causa da Pandemia Covid-19, em que o país vive neste momento.)

Estas são algumas das atividades realizadas pela estagiária no campo de estágio, registradas, documentadas em análise institucional, diário de campo, registro de atividades do estagiário, projeto de pesquisa, projeto de intervenção e relatório final de estágio. Como se pode verificar a autora buscou enfrentar os desafios colocados, mas compreendendo suas contradições presentes neste espaço de formação.

CONCLUSÕES E RESULTADOS

O referido Trabalho de Conclusão de Curso, aqui apresentado, teve como objetivo geral discorrer sobre a experiência de estágio na área de gestão da ILPI.

Tomando como referência o objetivo delimitado, tornou-se possível levantar as principais dificuldades encontradas na Gestão da ILPI, tais como a falta de organização administrativa, falta de documentação relacionada aos idosos e funcionários, precarização do trabalho; inexistência de um planejamento na gestão para o atendimento às demandas, o que ocasionou inclusive um processo de cobrança pelo Ministério Público em relação a ILPI.

Bem como as demandas ao Serviço Social como idosos e suas necessidades particulares; familiares dos idosos que entravam em contato; dificuldade dos cuidadores; captação de recursos; ações voluntárias; planejamento de um calendário de atividades sociais.

Para tanto se fez necessário um levantamento da documentação de registros dos idosos e trabalhadores e a elaboração de outros documentos para que a Gestão da ILPI pudesse dar uma melhor resposta às demandas que ali chegavam.

Este levantamento como foi relatado neste trabalho e através do PI dentro da instituição, mostrou as contradições na construção dos documentos e registros como a dificuldade e limites do exercício profissional na área do Serviço Social, por não haver os instrumentos necessários para a atuação do assistente social diante das demandas, sendo uma instituição de alta complexidade foi preciso criar, elaborar a documentação para constar registros dos idosos e funcionários. Isto evidenciou o esforço conjunto da assistente social e estagiária na organização das atribuições e competências, principalmente no campo do planejamento e gestão e seus respectivos instrumentos como meios para atingir as finalidades propostas, no âmbito da organização ILPI e, principalmente na atenção aos idosos e seus direitos sociais.

Segundo GUERRA (2007) a instrumentalidade é uma propriedade e/ou capacidade que a profissão vai adquirindo na medida em que concretiza objetivos. Ela possibilita que os profissionais objetivem sua intencionalidade em respostas profissionais, porém, há momento em que isto não se realiza. Sendo assim pode-se ver tamanha contradição dentro do campo de estágio em Serviço Social na ILPI, pois como relatado não havia os devidos instrumentais para o desenvolvimento do trabalho.

Conforme o CFESS,

O estudo social é um processo metodológico específico do Serviço Social, que tem por finalidade conhecer com profundidade, e de forma crítica, uma determinada situação ou expressão da questão social, objeto da intervenção profissional – especialmente nos seus aspectos socioeconômicos e culturais. (CFESS, 2003 p. 42).

Ao fim deste trabalho, é importante ressaltar que o objetivo principal de sua elaboração foi sistematizar e analisar os desafios e dificuldades encontradas em campo de estágio diante da falta dos instrumentais do Serviço Social.

A trajetória durante o campo de estágio foi de muito aprendizado, mas também muito difícil, não havia conhecimento do campo, uma instituição para idosos – ILPI, em que o usuário vivencia angústia, carência, medo da morte, mas que também encontra cuidados, atenção, sentimentos que são oferecidos pela equipe de trabalho. Até mesmo a insegurança durou até o momento de compreender como funcionava a rotina na instituição e o trabalho da assistente social como gestora na ILPI.

Estagiar em uma ILPI é desafiador, me inquietou desde o início ao ver a falta de organização na área administrativa da ILPI, em não haver assistente social exercendo sua função na área do Serviço Social, e sim na área administrativa, havendo precarização de trabalho deste profissional e a instituição passando por mudanças da diretoria, espaço físico, falta de recursos, percebendo a resistência destas melhorias por parte de alguns membros da diretoria para o bem estar físico e emocional dos residentes, gerando desconforto e incertezas para os funcionários da ILPI.

Foi uma experiência como estagiária que oportunizou aprendizado mostrando através das mais variadas situações a prática do profissional em Serviço Social atuando na área da gestão em uma ILPI no seu cotidiano e diante das demandas apresentadas.

Salienta-se que houve mudanças na ILPI. Dentre elas, agilidade em querer mudar para melhor, posicionando-se eticamente diante das situações, das dificuldades, contribuindo para a criação da documentação relacionada aos idosos e funcionários que não havia, podendo assim resgatar dados nos documentos para a instituição. Melhor acolhimento aos idosos, proporcionar condições apropriadas aos funcionários diante da falta de material de apoio para a atuação diária, demonstrando compromisso com a defesa de direitos sociais, direitos humanos, cidadania; impulsionando prática democrática nas políticas e programas sociais; fortalecendo a participação destes usuários.

A contribuição se deu com comprometimento e procurando qualificar o serviço, pesquisando, criando a documentação, mostrando competência técnico operativa para utilizar o instrumental como forma de impulsionar a ação.

A vivência acadêmica, por meio da teoria e da prática propicia organização e planejamento das atividades realizadas e no estágio é de suma importância, pois objetiva a aprendizagem como processo pedagógico de construção de conhecimento. Pois esta união em

teoria e prática é um desafio para o estagiário que precisa aprender a lidar com isto tudo, pois a realização de estágio é uma experiência importante.

Considera-se que essa experiência rica em aprendizado, possa ter contribuído em conhecimento não só para a autora, mas a todos os que vierem a ter acesso ao trabalho. Deixo aqui aberta a sugestão de uma pesquisa sobre o que realmente as assistentes sociais, dentro de sua área de formação, estão se apropriando do instrumental do Serviço Social nas ILPIs.

REFERÊNCIAS

ABESS/CEDEPSS. Caderno ABESS n. 07. Caderno Especial: **Formação Profissional: trajetórias e desafios**. Cortez, São Paulo: 1996.

ABEPSS. **Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. In: Temporalis/Revista da ABEPSS, ano IX, n.º. 17 (jan/julho de 2009), p. 163-199. <http://www.abepss.org.br/> Acesso em: 09 de abril. 2021.

ASSIS, Rivânia Lúcia Moura de; ROSADO, Iana Vasconcelos Moreira. **A unidade teoria-prática e o papel da supervisão de estágio nessa construção**. Katálysis, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 203-211. jul./dez. 2019.

BARBOSA, A. M. G. **O importante papel do estágio no desenvolvimento de competências**. Revista Agora: Políticas públicas e Serviço Social, ano 01, n.01, outubro de 2004. Disponível em < <http://www.assistentesocial.com.br>>. Acesso em: 03 maio. 2019.

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. **Dispõe sobre o estágio de estudantes**.

BURIOLLA, Marta Alice Feiten. **O estágio supervisionado**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CARNEIRO, Bárbara fraga. **O estágio supervisionado do curso de serviço social da UFSC: matrizes curriculares de 1970 a 1999**. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Legislação e Resoluções sobre o Trabalho do/a Assistente Social**. Resolução CFESS 533/2008. Regulamenta a SUPERVISÃO DIRETA DE ESTÁGIO no Serviço Social. Brasília: CFESS, 2011. Disponível em: www.cfess.org.br

CFESS (org.). **Atribuições privativas do/a assistente social em questão**. Brasília: CFESS, 2012 (1ª edição ampliada). Disponível em <http://cfess.org.br/arquivos/atribuicoes2012-completo.pdf>> Acesso em 09 setembro 2021.

CASARA, M. B. et al. **Abandono na Velhice**. Unati. v.8 n.3. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em <<http://www.scielo.br>> Acesso em: 7 mai. 2019.

https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/530232/estatuto_do_idoso_1ed.pdf
estatuto_do_idoso_1ed.pdf > Acesso em 09 setembro 2021.

GUERRA, Yolanda. **A Instrumentalidade do Serviço Social**. 5ª edição. São Paulo: Cortez, 2007, p. 03.

_____. A propósito da instrumentalidade do Serviço Social. In. Debates Sociais. Rio de Janeiro: n. 63 e 64, CBCISS & ICSW, 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

HELDER, R. R. **Como fazer análise documental**. Porto, Universidade de Algarve, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Villela Iamamoto. **Projeto Profissional, Espaços Ocupacionais e trabalho do (a) assistente social na atualidade**. CFESS. Atribuições privativas do/a assistente social em questão. 1ª Ed Ampliada. Brasília, 2012.

LAFIN, S. H. F. Asilos: Algumas reflexões. IN: CASARA, M. B.; CORTELLETTI, I. A.; HERÉDIA, V. B. M. org. **Idoso asilado: um estudo gerontólogo**. RS : Educs, 2004, p.111-113.

LEWGOY, A.M.B. **Supervisão de estágio em Serviço Social: desafios para a formação e o exercício profissional**. São Paulo: Cortez, 2009.

LEWGOY, A. M. B.; FORESTI, A. J.; MARQUES, M. **Experiência e conhecimento: o trabalho tríade do estágio supervisionado em Serviço Social**. texto dig.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de estágio em serviço social: desafios para a formação e exercício profissional**. – 2. ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

MINAYO, M. C. S. et al. **Pesquisa Social-Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2011.

MIOTO, Regina C. Tamasso. Estudos Socioeconômicos. In: **Conselho Federal de Serviço Social e Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

MIOTO, R. C. T. **A dimensão técnico-operativa do exercício profissional dos assistentes sociais em foco: contribuições para o debate**. Florianópolis: UFSC/DSS/CSE, 2006. (Trabalho não publicado).

OLIVEIRA, C. A. H. S. **A centralidade do Estágio Supervisionado na formação profissional em Serviço Social, 2003**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Franca/SP, 2003.

OLIVEIRA, C. A. H. S. **O estágio supervisionado na formação profissional do assistente social: desvendando significados**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, ano 25, n. 80, p. 59-81, nov. 2004.

SARMENTO, Helder Boska de Moraes. **Instrumentos e técnicas em serviço social: elementos para uma rediscussão**. 1994. 309 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Estudos Pós -graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1994.

SILVA, M. O. S. (coordenadora). **O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. 4a ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUSA, C. T. **A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade intervenção profissional** (2008, p.14).

TRINDADE, R. **Desvendando o significado do instrumental técnico-operativo na prática profissional do Serviço Social**. Orientador: Nobuco Kameyama. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999. 345p. Tese (Doutorado em Serviço Social).

TRINDADE, R. L. P. **Ações profissionais, procedimentos e instrumentos no trabalho dos assistentes sociais nas políticas sociais**. In: SANTOS, C. M.; BACKX, S.; GUERRA, Y. (Orgs.) A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos. 2. ed. Juiz de Fora: UFJF, 2013. p. 75-126.

TRIVINOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987, p.146.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Departamento de Serviço Social. Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social. UFSC: Florianópolis, 2013.

<https://www.einstein.br/especialidades/psiquiatria>. Acesso em 24 jun.2021

ZIMERMAN, G.I. **A importância da convivência**. In:- **Velhice: aspectos biopsicossociais**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000. b, p. 34-35.

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-213-de-17-de-dezembro-de-2019-234040690>. Acesso em – 08 setembro 2021.

APÊNDICE I
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL
SUPERVISÃO ACADÊMICA ESTÁGIO OBRIGATÓRIO II

Os instrumentos de acolhimento do Serviço Social na Instituição de Longa Permanência para
Idosos.

Florianópolis,
2019
ANDRÉA MARIA CONTE

Os instrumentos de acolhimento do Serviço Social na Instituição de Longa Permanência para Idosos.

Trabalho apresentado ao Curso de Graduação Serviço Social em Supervisão Acadêmica Estágio Obrigatório II da Universidade Federal de Santa Catarina de Florianópolis.

Orientadora: Prof.^a: Rubia dos Santos Ronzoni

Florianópolis,
2019

Sumário

TEMA/ TÍTULO DO PROJETO.....	4
1. IDENTIFICAÇÃO.....	4
2. JUSTIFICATIVA.....	5
3. OBJETIVO.....	5
4. OBJETIVO GERAL.....	5
5. OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	5
6. METODOLOGIA.....	6
6.1 Ação escolhida.....	8
6.2 Detalhamento por atividades.....	8
7. CRONOGRAMA.....	13
7.1 Orçamento.....	14
8. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO.....	15
REFERÊNCIAS.....	15

TEMA/ TÍTULO DO PROJETO

Os instrumentos de acolhimento do Serviço Social na Instituição de Longa Permanência para Idosos.

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome da Instituição:

Nome completo da Supervisora de Campo:

Nome completo da Supervisora Acadêmica:

Nome da Estagiária: Andréa Maria Conte

2. JUSTIFICATIVA

O Serviço Social foi inserido somente no ano de 2018 na Instituição de Permanência para Idosos -XXX, após 23 anos de existência.

Ao iniciar o estágio, percebo que o idoso que reside nesta instituição traz suas demandas, junto delas está às relações com famílias e/ou responsáveis, e vai além destas demandas, tem a instituição num todo, pois o profissional ultrapassa suas atribuições que, por ser coordenadora da instituição, acaba assumindo funções que são inerentes ao Serviço Social, e exerce amplamente como, por exemplo, financeiro, captação de recursos, recursos humanos, e outros.

Os idosos institucionalizados chegam com carência e enfermidade, com a falta de suporte familiar, vínculos rompidos. A atuação do profissional de Serviço Social é baseada no atendimento às demandas referentes ao processo de acolhimento de idosos que envolvem tanto aos aspectos sociais quanto aos aspectos psicológicos.

Cada demanda tem suas especificidades próprias, os idosos trazem suas demandas, o idoso ao deixar a habitação familiar, vivencia um processo de adaptação institucional que pode ser mais ou menos impactante, conforme maneira como ele vier a lidar com essa realidade, para o idoso observa-se que é uma ruptura com os vínculos familiares, a sociedade, é um recomeço com um ambiente desconhecido e com outras pessoas também.

O profissional para atuar é preciso ter conhecimento da realidade destes idosos para melhor atender as demandas e ter um resultado positivo não de forma imediatista, mas a médio e longo prazo. Será possível visualizar a intervenção no intuito de atender e amenizar a estas necessidades do idoso.

O papel da instituição quanto aos cuidados de saúde e bem-estar deste idoso institucionalizado depende além de um bom acolhimento, do convívio com pessoas próximas, como familiares e amigos para evitar solidão, se sentir isolado, afastados destas pessoas.

É desta forma que vejo o quanto é importante o trabalho do assistente social na ILPI, apresentadas na instituição, colocando em foco sempre o idoso, que é o sujeito principal de qualquer ação. Observa-se que os instrumentos serão necessários no fluxo do Serviço Social - os instrumentos de acolhimento, pois exige do profissional a capacidade de se relacionar com os idosos, saber ouvi-los, investigar a realidade social em que o idoso está inserido na instituição e poder criar estratégias de intervenção.

3. OBJETIVO

O presente trabalho objetiva em criar e colocar em prática o fluxo do Serviço Social os instrumentos de acolhimento, instituição em que exerço o estágio.

4. OBJETIVO GERAL

Criar os instrumentos de Serviço Social, para que o assistente social como principal mediador do desenvolvimento na prática da profissão. Estão vinculados ao trabalho, e a necessidade de formas que são utilizadas para buscar construir mediações da prática profissional no que corresponde as respostas às demandas apresentadas.

5. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ✓ Aplicar os instrumentos de Serviço Social para o assistente social poder criar estratégias de intervenção.
- ✓ Analisar a atuação do profissional de Serviço Social diante das dificuldades na Instituição de Longa Permanência para Idosos.
- ✓ Identificar quais os instrumentos de Serviço Social são inseridos na sua atuação na Instituição de Longa Permanência para Idosos.

6. METODOLOGIA

6.1. Ação escolhida

Para atuar diretamente na realidade dos idosos, é necessário que haja o processo de qualificação do profissional, um exercício contínuo durante a prática.

Um dos desafios do Serviço Social em relação ao idoso é manter o diálogo, para despertar a sensibilidade a estas pessoas que sofrem discriminações.

A ação do profissional requer uma leitura da realidade do idoso, pois quanto mais aproximação, conhecimento deste, por meios de orientações sociais, planejamentos, relatórios, encaminhamentos, relatórios, entrevistas feitas atingirá seu objetivo na materialização da intervenção.

Quando se refere à alta complexidade como instituições de longa permanência para idosos, os serviços são para promover a assistência social aos idosos, são serviços mais complexos que requer que se pense na totalidade de fatores, que estejam vinculados à reprodução destes idosos em questão.

Identificando as necessidades do idoso institucionalizado, é possível fazer a intervenção necessária para a construção do objetivo, como no Serviço Social, a garantia de direitos para o idoso através dos serviços e benefícios, buscando orientar as suas ações para que o idoso tenha a emancipação.

O profissional quando atua com o idoso na ILPI, a diferentes políticas sociais, este deve contribuir para que seja analisada com maior amplitude em relação crítica a condição de vida deste, para perceber as possibilidades e os limites em projetá-las para a sua vida.

Diante da “complexidade do exercício” profissional do assistente social, o dever do seu trabalho não se desenvolve sem mover um amplo conjunto de causas, as quais a todo o momento o profissional percebe se vem contribuindo, ou não, para a execução da finalidade posta, podendo ir mudando de estratégia no decorrer do trabalho: o benefício que se requer o serviço que se aciona, a abordagem que se executa, o profissional com quem se faz contato, a reunião que se realiza, o relatório que se emite, todas essas são ações para materializar um fim e que vão sendo avaliadas e redesenhadas durante o processo.

Saber se um encaminhamento ou uma abordagem atingiu seu objetivo é uma questão que só pode ser pensada a partir da finalidade posta, sendo que apenas o tempo e os fatos subsequentes podem dizer.

Toda decisão de uma alternativa só pode ser avaliada a partir do seu fim, de sua efetivação, o que demonstra, segundo Lukács (s/d.), a insuprimível interação entre o dever-ser e o reflexo da realidade. É por isso que na execução terminal das políticas sociais, tão

importante quanto à percepção da realidade, a estruturação de estratégias de intervenção e a intervenção propriamente dita, temos o monitoramento e a avaliação das ações, que permitem a constante guinada das ações rumo ao fim colocado.

Para analisar os desafios e limitações do assistente social na ILPI, é preciso compreender os limites, desafios e o fazer do profissional através do fluxo do Serviço Social os instrumentos de acolhimento, no campo de estágio em que exerço. Estes instrumentos irão objetivar as respostas no seu trabalho, utilizará para construir mediações da prática profissional onde suas ações são portadoras de instrumentalidade diante das demandas apresentadas.

Através da instrumentalidade o Assistente Social busca transformar a natureza da realidade social apresentada, e ao alterar, está modificando e convertendo as condições destes idosos através dos meios e instrumentos para alcançar os objetivos profissional.

Na instituição são 40 idosos que residem na instituição, apresentam demandas onde cada uma tem suas especificidades próprias, e cabe ao Assistente Social fazer a escolha das técnicas peculiares para melhor atendê-los. Os instrumentos são técnicos – operacionais necessárias para que possa realizar as ações profissionais, tendo como objetivo a intervenção.

Para que o trabalho do Assistente Social possa conseguir resultados positivos, não apenas de forma imediatista, mas a médio e a longo prazo, pensando na instrumentalidade se faz muito necessário no seu cotidiano, pois os idosos estão em constante movimento na suas demandas e para estabelecer os objetivos da ação, a execução da prática profissional envolve o instrumental técnico-operativo, profundamente estudando, tendo o conhecimento destes instrumentos, ter a clareza e domínio do mesmo para a ação interventiva e que suas funções sejam efetivadas, segundo GUERRA(2007, p. 02):

A instrumentalidade é uma propriedade e/ou capacidade que a profissão vai adquirindo na medida em que concretiza objetivos. Ela possibilita que os profissionais objetivem sua intencionalidade em respostas profissionais.

É por meio desta capacidade, adquirida no exercício profissional, que os assistentes sociais modificam, transformam, alteram as condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais e sociais existentes num determinado nível da realidade social: no nível do cotidiano.

6.2 Detalhamento por atividades:

Aplicar este fluxo do Serviço Social - os instrumentos de acolhimento.

Estes instrumentos terão acesso o profissional de Serviço Social, onde poderá ter anotações mais pessoal relacionado a vulnerabilidade, exemplo qual o motivo traz a instituição, família, e outros, este profissional poderá avaliar e direcionar para qual profissional encaminhar a demanda inicial.

Elaborar documentos através da instrumentalidade de Serviço Social, que serão acessados aos profissionais como Assistente Social, Enfermeira, Psicólogo, Nutricionista, Médica Geriátrica, pois são estes profissionais que atuam na instituição, e conforme por lei o sigilo profissional de todos estes profissionais.

Analisando documentos na instituição, li que uma das exigências da Vigilância Sanitária sobre as Instituições de Longa Permanência para Idosos, é preciso manter registro atualizado de cada idoso, em conformidade com o estabelecido no Art. 50, inciso XV, da Lei 1.0741, de 2003.

A elaboração destes instrumentos, objetivará em conhecer, estudar, colocar em prática os instrumentos do Serviço Social para responder as necessidades sociais que se traduzem por meio a muitas mediações, percebo o quanto isto será importante, aprimorar seus conhecimentos em relação as demandas que o idoso apresenta, o profissional ao intervir poderá melhorar as condições de vida deste.

Exige do profissional a capacidade de se relacionar com os idosos, saber ouvi-los, investigar a realidade social em que o idoso está inserido na instituição e poder criar estratégias de intervenção.

Isso porque este profissional possui uma competência que se traduz em aperto teórico, em compromisso ético- político e capacidade técnica-operacional (ABEPSS, 1996).

O assistente social ao entrar em contato com a realidade dos idosos institucionalizados é preciso utilizar a racionalidade para saber se guiar em como executar a ação. Tomar importantes decisões conhecendo a totalidade na demanda apresentada, e principalmente, saber da responsabilidade da sua intervenção, vejo que todas as ações dos multiprofissionais que exercem na instituição é em prol deste idoso que quando apresenta a demanda, este espera que possa ter uma resposta, um retorno positivo para aquela situação do momento.

Para a ação se realizar o assistente social, utiliza dos conhecimentos, informações, habilidades e instrumentais técnicos, para que este seja fundamental para a concretização da ação.

O profissional Assistente Social no seu cotidiano ao atender as demandas, tem desafios e limitações, será preciso alcançar os objetivos propostos que constitui o Serviço Social, no seu modo de ser e de fazer no âmbito das relações sociais.

A limitação será os idosos que não se comunicam devido as doenças adquiridas como Alzheimer, AVC (perda da linguagem), Esquizofrenia, onde há dificuldades na aproximação com os familiares e/ou responsáveis dos idosos, pois observa-se reclamações sobre a ausência dos familiares em acompanhar os idosos residentes, há idosos que não recebem visitas destes e outros que não tem contato algum.

Neste contexto surge a necessidade de fortalecimentos de vínculos entre idosos e familiares, trabalhar a fragilização de vínculos familiares, idosos e instituição.

O desafio será colocar em prática os instrumentos de acolhimento do Serviço Social para este atendimento buscando transformar a natureza da realidade social apresentada, adquirindo novos conhecimentos e produzindo objetivções.

Para desenvolver este trabalho de pesquisa será estudar quais os instrumentos serão usados para o fluxo do Serviço Social, quais os instrumentos de acolhimento, poderão ser executados na instituição com a minha contribuição como estagiária em Serviço Social.

Iamamoto e Diogo (2002) colocam que embora as ILPIs – Instituições de Longa Permanência para Idosos, não sejam enquadradas no perfil de estabelecimento de saúde, esses estabelecimentos conduzem ações de promoção, de proteção e de reabilitação da saúde dos idosos, visando uma melhor qualidade de vida daqueles que residem nessas instituições.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) define que se podem prevenir vulnerabilidades e riscos sociais a partir do desenvolvimento de potencialidades e aquisições dos indivíduos, fortalecendo os vínculos familiares e comunitários no âmbito da proteção social, que por sua vez, que a população que vive nesta situação decorrente da pobreza, privação ou fragilização de vínculo afetivos, relacionais e de pertencimento social, podem ser designadas todas as formas de viver em conjunto. Não somente em assegurar sua proteção aos males da vida, mas também para satisfazer suas necessidades vitais de reconhecimento, fonte de sua identidade e de sua existência enquanto homem.

A família não é apenas uma constituição privada, mas também pública, e é de grande importância seu papel na estruturação da sociedade, tendo em vista que é essa instituição que “cobre” as insuficiências das políticas públicas. (MIOTO,1994).

O Assistente Social na ILPI atua juntamente às famílias e em nome do Estado, é um elo entre essas duas instituições. Segundo Sposati (2009), a concepção do fortalecimento dos vínculos no âmbito de proteção básica social da assistência social (na qual o idoso está incluído) se torna um desafio de extrema relevância, pois contribui para o entendimento de que lidar com as vulnerabilidades no campo relacional é uma responsabilidade pública e,

logo, as políticas que visem a combater as desigualdades e a promover o desenvolvimento humano têm um papel importante nesse campo.

Na perspectiva da garantia de direitos e a mediação profissional com as famílias, observa-se que os instrumentos de trabalho são importantes armas políticas.

Os assistentes sociais precisam ter consciência do saber que acumulam, e do seu uso na construção e busca de estratégias de enfrentamento para as ações interventivas sejam direcionadas com base no compromisso com a ampliação e garantia de direitos (FÁVERO; MELÃO; JORGE, 2010).

Com a instrumentalidade, além de fazer referências à instrumentalização técnica, a profissão apresenta no âmbito das relações sociais, seja no seu processo objetivo ou peculiar, mas que possibilita atender as demandas se alcançar os objetivos propostos numa condição de reconhecimento social. (GUERRA, 2007). O assistente social além de intermediar conflitos, usa da articulação, realiza atendimentos das demandas, divulga informações, dá informações sobre os programas, projetos que venham a ser realizados na instituição. Procura planejar, organizar e executar atividades que são propostas para promover a melhoria da qualidade destes idosos.

Durante o primeiro semestre de estágio, fiz um levantamento de dados dos documentos dos idosos, percebi que havia poucas informações como, por exemplo: dados pessoais, se havia contatos com seus familiares, suas preferências, sua situação financeira como administrada, suas necessidades na instituição, quanto ao convívio com outros idosos, a sua realidade antes e durante a institucionalização. Não há dados mais aprofundados sobre estes idosos.

Recentemente começou a ser construído o instrumento – Estudo Social, dos idosos da ILPI.

O estudo social é um processo metodológico específico do Serviço Social, que tem por finalidade conhecer com profundidade, e de forma crítica, uma determinada situação ou expressão da questão social, objeto da intervenção profissional – especialmente nos seus aspectos socioeconômicos e culturais. (CEFESS, 2003 p. 42).

Um instrumento que estou aprendendo a executar e quão é importante, pois com este outro instrumento de entrevista, abordagem, a criação do documento de acolhimento e cadastro, se complementam um ao outro.

Segundo Miotto (2001, p. 53) “o estudo social é um instrumento utilizado para conhecer e analisar a situação vivida por determinados sujeitos ou grupos sociais sobre o qual chamamos a opinar”.

Através desta aproximação a estas informações, observei a necessidade de complementar estes registros, como o cadastro do idoso quando este chega na instituição, não há documento que preencha os dados necessários deste, deixa muito a desejar, falta elementos nos registros para que o Serviço Social utilize quando atender o idoso.

Nesse sentido foi pensado em criar o fluxo do Serviço Social usando os instrumentos que até então não era acessado e o pouco não atendia as exigências da ação profissional do assistente social e outros instrumentos que possam ser acessados pelos multiprofissionais da instituição como, médica geriátrica, psicólogo, enfermeira, nutricionista.

Para poder dominar tecnicamente este uso destes instrumentos de trabalho, o primeiro a ser realizado será a elaboração do documento de Acolhimento ao Idoso.

Pois este quando chega a instituição, apenas é preenchido o Livro de Registro, onde consta número de registro, data, nome do idoso, data de nascimento, naturalidade, responsável pelo idoso.

Poucas informações registradas, porque outras informações são feitas verbalmente, e como há um contrato para permanência na instituição, não consta mais dados sobre o idoso.

É muito importante que todas as informações possíveis sejam registradas por escrito, para que se possa ter acesso a elas, quando necessário, este documento será preenchido pela Assistente Social que realiza o primeiro contato com o idoso ao chegar na instituição, pois geralmente o primeiro contato com a instituição é a família e/ou responsável que procura para o acolhimento do idoso, e quando é encaminhado pelas redes públicas como pela Alta Complexidade – Assistência Social ou Ministério Público estes já enviam os documentos com dados do idoso, mas nem sempre dados suficientes. É preciso buscar mais informações.

Assim para poder ter mais informações do idoso ao chegar na instituição será registrado seus dados pessoais, como foi encaminhado a instituição, suas doenças patológicas, suas necessidades no momento, quanto aos profissionais disponíveis na instituição, medicações e responsáveis pelo idoso.

Registrar pontos importantes que são ditos, as demandas apresentadas durante a acolhida, para que após possam ser encaminhados para ser trabalhada nas áreas profissionais específicas.

Construção de um Cadastro do Idoso onde há todos estes dados iniciais do Registro do Livro, e dados que complementam o cadastro.

O instrumento técnico- operativo a ser usado será o da entrevista com os idosos, estes que estão aptos a responder o cadastro, dados pessoais, familiares e/ou responsáveis, dados de documentos pessoais, se tem acesso a redes públicas, quais, doenças patológicas, medicações

que atualmente faz uso, quais suas atividades diárias, seus vícios, suas preferências alimentares, acesso a outros profissionais, se há acompanhamento, seus hobbies, do que não gosta em relação a alimentação, o que gosta de ouvir, assistir, religião, falar um pouco de como gosta da sua privacidade, registrar pontos importantes, horário de dormir, acordar, banho, seu grau de dependência para poder saber o quanto necessita de auxílio dos profissionais da instituição.

Após fazer esta entrevista com os idosos lúcidos, fazer contato com familiares e/ou responsáveis para entrevista-los, e preencher o cadastro sobre estes idosos que não respondem por si, pois há idosos, com sintomas de Demência, Alzheimer, Esquizofrenia e idosos, que não conseguem se comunicar pela linguagem devido as sequelas do AVC.

Para realizar estas entrevistas com os idosos lúcidos será mais fácil de executar, mesmo será planejada e elaborada para facilitar o contato com o idoso, Estas entrevistas serão realizadas nos dias e horários de estágio, pois estou em contato com estes durante o período de estágio, tenho fácil acesso por residir na instituição e há uma aproximação diária, onde muitas vezes são atendidas as suas demandas junto a supervisão de campo no estágio.

Já com as famílias e/ou responsáveis será preciso fazer contato por telefone ou e-mail e agendar um horário que seja disponível para realizar o preenchimento do cadastro. Caso não for possível vir até a instituição, o caso será fazer o preenchimento destes dados por telefone, mas o objetivo da entrevista é poder ter acesso direto com os idosos e com seus responsáveis pessoalmente para poder compreender os desejos, dificuldades e necessidades sociais da realidade que se apresenta para ambos, tanto o idoso e os seus.

Muitas famílias e/ou responsáveis pouco comparecem a ILPI, aqui entra o serviço do Assistente Social, intermediar para que seja respondido as demandas dos idosos com a sua presença e as obrigações de assistência. Exemplo: lembrar que o idoso necessita de medicação, consultas médicas, necessidade de material higiene, roupas, visitas, lazer com a família.

Alguns familiares ao colocar o idoso na instituição, e esta por conseguir recursos através de doações, a instituição dá conta de atender a todas as demandas tanto financeiras, saúde, alimentação, e outros, não dá conta, pois é muita despesa e um compromisso muito sério em relação a vida destas pessoas idosas.

É preciso sensibilizar, intermediar, que é responsabilidade da família em dar assistência necessária para o idoso para poder comparecer e fazer com que não os abandonem, como há casos de idosos residindo nesta instituição e não há contato nenhum com membro da família, e outros que não querem ter contato.

“O Estatuto do Idoso prescreveu que principalmente (mas não exclusivamente) à família compete a obrigação de garantir ao idoso a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. O atentado a esses direitos e garantias enseja a responsabilização dos filhos, e isso com fulcro nos arts. 186 e 927 do CC”:

Analisar e entender de como o assistente social desafia suas limitações no cotidiano com as demandas que são apresentadas pelo usuário, é preciso ter conhecimento e estudo da realidade em que está atuando.

Superar os desafios e os limites da inserção e vivência profissional na Instituição de Longa Permanência para Idosos, aprendendo a trabalhar com os instrumentos técnico-operativo do Serviço Social como a abordagem a entrevista, a escuta dos idosos, familiares.

Ter a percepção das limitações na instituição, nos usuários, identificar e lidar com estas relações na atuação como assistente social.

Caracterizar e compreender de como será a atuação do profissional em relação aos desafios e limites na profissão.

7. CRONOGRAMA

1ª etapa

dezembro 2019 a fevereiro de 2020.
Elaboração das perguntas para o documento
✓ Acolhimento ao Idoso
✓ Cadastro do Idoso
✓ Plano Individual de Atendimento (neste documento as perguntas precisam constar dados pessoais, da família e/ou responsável, e sobre questões relevantes a outras áreas profissionais, assistente social, enfermeira, psicólogo, nutricionista.
✓ Início das entrevistas com os idosos lúcidos – que tem condições psicológicas de responder por si. Este atendimento, será realizado no período de estágio, horário 8h as 12h.
✓ Os idosos residem na instituição, após realizarem suas atividades diárias, como banho, café da manhã, avaliação referente a sua saúde, medicação administrada pelos profissionais da saúde, os idosos estarão disponíveis para a realização da entrevista.
✓ Será realizado as entrevistas e passado para os documentos conforme foi elaborado digitado no sistema da instituição, impresso uma via para anexar na pasta do arquivo de cada idoso com sua fotografia de identificação.

2ª etapa

março/2020 a abril/2020
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Continuação do instrumento técnico-operativo em Serviço Social - as entrevistas, que serão agendadas no início de março para as famílias e/ou responsáveis destes idosos que não estão aptos a responder por si, e que será necessário para responder perguntas relacionadas aos documentos elaborados.
<ul style="list-style-type: none"> ✓ O agendamento para ser feita a entrevista presencial, para os que aderirem logo será feito, e os que não for possível, será feito através de telefone.
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Será realizado as entrevistas e passado para os documentos conforme foi elaborado digitado no sistema da instituição, impresso uma via para anexar na pasta do arquivo de cada idoso com sua fotografia de identificação.

3ª etapa

Maio/2020 a julho/2020 - Término do estágio
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Finalização de todas entrevistas realizadas
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Documentos preenchidos conforme elaborado
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Digitados no sistema arquivo da instituição
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Documentos impressos conforme planejado, elaborado e executado para que cada pasta do arquivo físico, irá constar os dados referente a idoso residente na instituição.

7.1 Orçamento

Compras de material – Folhas A/4 – custo R\$ 18,70 maço c/ 500 folhas.
Fotografia ¾ colorida dos idosos para identificação do cadastro – captação do material com voluntária da instituição – fotógrafa Manuela.
Impressão dos documentos – R\$0,15 cada impressão – doação pela instituição Lar do Seu Doca.

8. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Será feito acompanhamento pela Supervisora de Campo, as questões elaboradas nos documentos e de que forma será conduzido durante a intervenção.

- ✓ Acolhimento ao Idoso
- ✓ Cadastro do Idoso
- ✓ PIA – Plano Individual ao Atendimento

Serão questões relacionadas a vida do idoso, deverão constar dados correspondente ao modelo de documento.

Terá acesso a estes documentos outros profissionais.

Os documentos: Acolhimento ao Idoso e documento PIA – terá questões mais relacionadas a história de vida do idoso, onde o assistente social fará relato a vida deste, a chegada antes a instituição, e a da sua vivência institucional.

Este documento terá acesso os profissionais da área de Serviço Social e Enfermagem. Será feita as entrevistas com os idosos, com autorização da Coordenação e enfermagem da Instituição e autorização da Coordenação para com os familiares e/ou responsáveis.

Dados estes relatos ficarão em sigilo quanto aos outros profissionais da instituição e outros fora dela, resguardando a privacidade do idoso conforme ética profissional por Lei.

Após todos os documentos preenchidos e avaliados com o resultado positivo pela Coordenadora e Supervisora de Estágio, será realizado os registros no sistema de informática, e impressos para o arquivo da Instituição.

Compromisso assumido como aluna estagiária para o projeto de intervenção, com a finalidade de que os idosos tenham seus dados registrado na instituição como uma forma de sua identidade, e que outros ao chegar nesta terão o mesmo.

Que próximos profissionais tenham este cuidado, atenção e vierem a utilizar os documentos que serão realizados pelo fluxo do Serviço Social – os instrumentos de acolhimento, criado na instituição através de estagiários em Serviço Social como Projeto de Intervenção.

REFERÊNCIAS

ABEPSS/CEDEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro:1996.

CONSELHO FEDERATIVO DE SERVIÇO SOCIAL (org.). **O Estatuto social em perícias, laudos e pareceres técnicos**: contribuição ao debate judiciário, na penitenciária e na previdência social. São Paulo: Cortez, 2003.

FALEIROS, V.P. **O Serviço Social no cotidiano**: fios e desafios. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n.120, p.706-722, out./dez. 2014.

FÁVERO, E. T.; MELÃO, M. J. R.; JORGE, M. R. T. Serviço Social e o campo sócio jurídico: **reflexões sobre o rebatimento da questão social no trabalho cotidiano**. In: FORTI, V.; GUERRA, Y. **Serviço Social: temas, textos e contextos**. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2010. p.135-146.

GUERRA, Yolanda. **A Instrumentalidade do Serviço Social**. 5ª edição. São Paulo: Cortez,2007

LUKÁCS, G. **Introdução a uma estética marxista**: sobre a categoria da particularidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. **Ontologia do ser social**: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

_____. **Ontologia do ser social**: o trabalho. Tradução de Ivo Tonet, 2011. (Mimeo.)

IAMAMOTO, a. E Diogo, m. J. D. (2002). **Os idosos e as instituições asilares do município de campinas**. Rev. Latino-am. Enfermagem, v. 10, n. 5.

MIOTO, Regina Celia Tamaso. **Família e serviço social**: contribuições para o debate, 1994.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. **Perícia Social**: proposta de um percurso operativo. Revista Serviço Social & Sociedade n. 67. São Paulo: Cortez, 2001, p. 145-158.

PL nº 4.294, de 12 de novembro de 2008. Acrescenta parágrafo ao art. 1.632 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil e ao art. 3º da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 - **Estatuto do Idoso, de modo a estabelecer a indenização por dano moral em razão do abandono afetivo**. Disponível em

<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=415684>>.

Acesso em: 15 jun. 2012

SPOSATI, Adalíza (Org.), **Proteção Social e Cidadania: inclusão de idosos e pessoas com deficiência no Brasil, França e Portugal** - 2. ed. - São Paulo: Cortez, 2008.

ACOLHIMENTO AO IDOSO (A)

Número de Registro: (mesmo número a ser usado no cadastro)

Data da acolhida:

Atendimento pelo profissional Assistente Social:

Nome do idoso(a):

Idade:

Encaminhado a instituição através:

Histórico do idoso (o porquê necessita da instituição):

Responsável pelo idoso: _____

Endereço: _____ N° _____

Bairro _____ Cidade: _____ Estado: _____

Telefones:

(ler e explicar)

O Regimento Interno da Instituição – xxx - segundo o capítulo II.

Requisitos para admissão do idoso na instituição.

ARTIGO 2º - São critérios para admissão do idoso na instituição:

- a) Ter mais de 60 anos de idade;
- b) Residir no Município xxx.
- c) Estar em situação de fragilidade financeira, social ou familiar;
- d) Não necessitar de cuidados hospitalares, intensivos ou semi-hospitalares (fluida terapia, sonda vesical, sonda naso - gástrica ou naso – enteral, cateteres, oxigenioterapia, entre outros que exijam cuidados de enfermagem mais complexos);
- e) Apresentar temperamento e comportamento que não cause perigo aos demais idosos residentes, aos colaboradores da ILPI, aos voluntários e aos visitantes;

Parágrafo Primeiro – Excepcionalmente e sobre avaliação da Diretoria Executiva, havendo vaga, poderão ser admitidos idosos residentes em outros Municípios.

Parágrafo Segundo – A análise da situação de fragilidade financeira, social ou familiar será realizada por profissionais habilitados das áreas de assistência social e psicológica que prestem serviços para a ILPI.

TERMO DE COMPROMISSO definido as principais obrigações da família relativas ao idoso e a instituição;

ARTIGO 3º - Haverá um período de até 30(trinta) dias para adaptação do idoso à instituição.

Parágrafo Primeiro – Se, no transcorrer desse período, não houver a adaptação esperada, os familiares e/ou responsáveis deverão dar encaminhamento ao idoso para outro local.

Parágrafo Segundo – É obrigatório o acompanhamento dos familiares de modo mais efetivo e constante durante o período de adaptação.

TERMO DE DESLIGAMENTO que será assinado pelo familiar e/ou responsável pela admissão do idoso da instituição ou outro familiar e terá o detalhamento dos motivos de sua saída.

Apresentar a Instituição para o idoso e responsável.

Aprovação da Coordenação da Instituição, do (a) Assistente Social e Clínica Médica, conforme o Regimento Interno da Instituição e com a finalidade de promover o bem estar e

qualidade de vida da pessoa idosa, visando à preservação da saúde física e mental, tudo de acordo com a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 e demais legislações em vigor.

Local, _____ de _____ 2019.

ASSINATURAS:

Responsável pela Coordenação da Instituição

Assistente Social

Clínica Médica

CADASTRO DO IDOSO (A):		
Nome do idoso (a):		
Data de admissão:	Número do Registro:	
Encaminhado à instituição:		
Data de nascimento:	Naturalidade:	
Sexo: () feminino () masculino () outro		
Estado Civil:		
RG:	Expedição:	
Nome da Mãe:		
Nome do Pai:		
CPF:	Título de Eleitor:	
PIS:		
INSS:		
Cartão SUS:		
Auxílio:		
Previdência:		
Benefício:		
Outra renda:		
Dados Bancários – Banco:	agência:	conta:
Endereço:	Nº:	
Bairro:	Cidade:	Estado:
Escolaridade:		
Profissão antes da aposentadoria:		
Religião:		
Famíliares: ()sim ()não		
Esposo (a):		
Telefone:		
Filhos (as) – quantos ()		
Nome:		
Telefone:		
Onde mora atualmente:		
Nome:		
Telefone:		
Onde mora atualmente:		
Nome:		
Telefone:		
Onde mora atualmente:		

Nome:
Telefone:
Onde mora atualmente:
Nome:
Telefone:
Onde mora atualmente:
Pessoa Responsável pelo Idoso (a):
Telefone:
Onde mora atualmente:
Amigo (a):
Telefone:
Onde mora atualmente:
Amigo (a):
Telefone:
Onde mora atualmente
Patologias associadas: (tipos de doenças)
Tem alergia a alguma medicação: ()sim ()não – qual:
Fuma: ()sim ()não
Toma medicação: ()sim ()não
Quais: (explicar que a medicação é administrada pelas técnicas de enfermagem).
Faz acompanhamento com médico geriatra: ()sim ()não
Qual médico (a):
Quanto tempo:
Telefone:
Faz acompanhamento: psicológico: ()sim ()não
Qual profissional:
Quanto tempo:
Telefone:
Faz acompanhamento psiquiátrico: ()sim ()não

Qual médico (a):
Quanto tempo:
Telefone:
Faz acompanhamento nutricional: ()sim ()não
Qual nutricionista:
Telefone:
Grau de dependência:
Totalmente dependente: ()sim ()não
Parcialmente dependente: ()sim ()não
Totalmente independente: ()sim () não
BANHO:
Toma banho completamente sem assistência: ()sim ()não
Recebe assistência para lavar apenas uma parte do corpo, como pernas ou costas: ()sim ()não
Recebe assistência para lavar mais que uma parte do corpo: ()sim ()não
VESTIR-SE: (retirar roupas do armário e do cabide, inclusive roupas de baixo e sobre tudo; lidar com fechos e cintos e calçar sapatos).
Apanhar as roupas e veste-se completamente sem assistência: ()sim ()não
Apanhar as roupas e veste-se sem assistência, exceto no amarrar os cordões do sapato: ()sim ()não
Receber assistência para arrumar as roupas e vestir-se ou permanece parcial ou completamente sem roupa: () sim ()não
Pega as roupas e se veste sem qualquer ajuda, calçar o calçado: ()sim ()não
LOCOMOÇÃO:
É capaz de se mobilizar ou de ambular com autonomia: ()sim ()não
PRÁTICA DE ATIVIDADE FÍSICA como andar, fazer exercícios físicos: ()sim ()não
Qual:
HIGIENE PESSOAL:
Vai ao sanitário, se limpa e arruma as vestes sem assistência. (pode usar objetos auxiliares como bengala, andador e cadeira de rodas, pode usar comadre/papagaio à noite, esvaziando-os de manhã): ()sim ()não
Recebe assistência para ir ao sanitário, no limpar-se e arrumar as vestes após as eliminações ou no uso de comadre/ papagaio à noite: ()sim ()não
Não consegue usar o sanitário para as eliminações: ()sim ()não
Uso de Fraldas: ()sim ()não

CONTINÊNCIA DAS ELIMINAÇÕES: Tem controle completo das eliminações urinária e intestinal: ()sim ()não
Usa fralda: ()sim ()não
TRANSFERÊNCIA:
Sobe e desce da cama assim como se senta e levanta-se da cadeira sem assistência (pode estar usando objeto auxiliar com bengala, andador): ()sim ()não
Sobe e desce da cama assim como se senta e levanta-se da cadeira com assistência: ()sim ()não
Cadeirante com assistência: ()sim ()não
Não sai da cama, acamado completamente: ()sim ()não
ALIMENTAÇÃO:
Come sem ajuda (exceto para cortar os alimentos): ()sim ()não
Qual o alimento de sua preferência:
Qual alimento que não come:
Tem alergia a algum alimento: ()sim ()não Qual:
ORIENTAÇÃO:
Tem capacidade mental de se orientar no espaço físico: ()sim ()não
Tempo em relação a si próprio: ()sim ()não
USO DO DINHEIRO:
É capaz de conhecer, utilizar e reconhecer o dinheiro: ()sim ()não
É capaz CUIDAR de seus pertences: ()sim ()não
É capaz de cuidar do AMBIENTE DOMÉSTICO: ()sim ()não
Tem algum hobby: ()sim ()não Qual:
Tem facilidade de interagir com outras pessoas: ()sim ()não
Há interação com a família e amigos (as): ()sim ()não
Estes procuram participar, da vida do idoso (a): ()sim ()não
São tomadas decisões em conjunto com o idoso (a): ()sim ()não
Família ou amigos (as) tem autonomia para tomar decisões sobre o idoso (a): ()sim ()não
Quem:

(Ler e explicar) Regimento Interno da Instituição.

Comprometimento com o idoso e com a instituição:

ARTIGO 7º - Em caso de doença, caberá aos idosos, por intermédio de seus familiares, buscar o atendimento médico que julgar adequado.

ARTIGO 15º - O idoso (a) somente poderá sair da instituição com acompanhante, com a devida autorização dos familiares responsáveis.

Parágrafo primeiro – A pessoa que retirar o idoso (a) da instituição deverá assinar um termo a partir do que assumirá todas as responsabilidades pelos cuidados e necessidades do idoso (a).

Parágrafo segundo – No caso de saída com familiares e/ou responsável, sem ciência e/ou autorização, a instituição ficará isenta de qualquer responsabilidade com o idoso.

ARTIGO 16º - O idoso (a) deverá ser visitado ou levado para junto de seus familiares e amigos nos finais de semana, aniversários e datas comemorativas como Natal, Páscoa, e outras datas especiais para o idoso (a).

ARTIGO 17º - O horário de visita será das 14h00min as 18h00minhs, nos dias de semana, sendo flexíveis esses horários nos finais de semana e feriados.

Parágrafo primeiro: Em caso de doença, os familiares e/ou responsáveis poderão realizar visitas mais frequentes, conforme horário previsto na rotina.

DADOS DA ILPI - A LOGOMARCA

LOCAL, ____ de _____ de 2019.

ASSINATURAS

COORDENADORA DA INSTITUIÇÃO

ASSISTENTE SOCIAL

O IDOSO (A) (se tiver condições de assinar)

RESPONSÁVEL PELO IDOSO (A)

LOGOMARCA E DADOS DA ILPI

PLANO INDIVIDUAL DE ATENDIMENTO

Identificação do Residente

Nome:

Apelido (caso seja relevante):

Data de Nascimento:

Estado Civil:

Nacionalidade:

Naturalidade:

Telefone de contato com o idoso:

Idoso interdito: () Não () Parcialmente () Totalmente Nome do curador:

Contatos do curador:

Idoso em processo de interdição: () Sim () Não

Dados do processo judicial:

Situação Documental				
Documento	Possui	Não possui	Numero do documento	Não soube informar
Certidão Nascimento/ casamento				
RG				
CPF				
Título de eleitor				
Certificado de reservista				
Carteira de Trabalho e Previdência social - CTPS				
Carteira de vacinação				
Outros:				

Admissão

Data de ingresso na instituição:

Nº. do prontuário institucional:

O idoso antes da admissão da ILPI:

- () residia sozinho () residia em outra ILPI () residia com familiares
 () Encontrava-se em situação de rua () Não soube informar

Local/Endereço de origem:

- () A institucionalização foi realizada por iniciativa do idoso
 () decisão de familiares
 () decisão de terceiros

Motivo da institucionalização informado pelo idoso e/ou por familiares:

Opinião e expectativas do idoso quanto à institucionalização:

Renda/Benefícios

- () Não recebe nenhum tipo de benefício
 () Benefício previdenciário – aposentadoria
 () Benefício previdenciário - pensão

() Benefício assistencial – BPC

() Exerce atividade laborativa remunerada. Qual: _____

Idoso administra seus recursos financeiros?

() Sim, sozinho () Sim, com auxílio de outras pessoas () Não

Pessoa que administra ou auxilia na administração dos recursos do idoso:

Nome:

Contatos:

Possui procuração ou curatela? () Sim () Não

Características pessoais – Perfil do residente

Idade:

Grau de dependência:

Escolaridade:

Profissão:

Religião:

Hábitos:

Hobbies/Preferências de lazer:

Habilidades/talento:

Restrições ou preferências alimentares:

Medos relevantes/traumas/dificuldades:

Planos ou desejos futuros:

Interesse em participar de atividades:

De lazer/recreativas (passeios, bingos, jogos, filmes, brincadeiras).

Festivas (bailes, chás, comemoração de aniversários e datas festivas).

Físicas e esportivas (alongamentos, ginásticas, caminhadas, fisioterapia, dança).

- Culturais (cinema, museu, teatro, serestas, sarau, recitais, oficinas lúdicas).
- Encontros religiosos (missas, cultos, cerimônia ecumênica, leitura bíblica).
- Ocupacionais (trabalhos manuais, oficinas de memória, musicoterapia, dinâmicas de grupo).
- Socioeducativas (palestras, campanhas, assembleias, encontros de discussão Educacionais/profissionalizantes (aumento da escolaridade, alfabetização, cursos).
- Trabalho/ações voluntárias.
- Outras:
- Não tem interesse em nenhuma atividade.

Há restrições de saúde, decisão judicial ou outro aspecto que impossibilite a saída desacompanhada ou a prática de atividade(s)?

() Não () Sim.

Rotina do idoso antes da institucionalização (sinalizar aspectos da rotina passíveis de serem mantidos):

Histórico relacional

COMPOSIÇÃO FAMILIAR				
(listar todas as pessoas de referência para o idoso (parentes e amigos mais próximos), mesmo aqueles que não residiam com o idoso				
Nome	Parentesco/ tipo de relação	Idade	Contatos Endereço e telefone	Observações Técnicas ⁴³

Família do idoso é acompanhada por outros órgãos ou instituições?
 () Não () Sim.
 Qual(ais): _____

Formas de convívio social e familiar exercido pelo idoso antes da institucionalização:

Aspectos Familiares:

Percepção da equipe técnica sobre as relações familiares:

Planejamento do atendimento

DEMANDAS E NECESSIDADES PARTICULARES DO IDOSO

Demanda identificada:

Encaminhamentos e intervenções técnicas necessárias:

Meta de atendimento da demanda:

Profissionais responsáveis:

Acompanhamento:

Atividades propostas ao idoso			
Atividade	Local onde é realizada	Frequência	Objetivo
Observações:			

Temáticas que devem ser trabalhadas com o idoso ou com sua família e estratégia escolhida para abordar o tema?

Data e assinatura dos profissionais